

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

O Governo do Deserto!

Mário Lino, Ministro das Obras Públicas, não se enganou, nem se limitou a fazer uma metáfora, parábola ou alegoria. Não! Mário Lino limitou-se a deixar escapar, num momento de maior exaltação, a realidade deste Governo.

Este Governo vive no deserto, trabalha no deserto e governa apenas para camelos... (não é metáfora, refiro-me aos animais irracionais de duas bossas que vivem exactamente nos desertos).

De outra forma era impensável que Sócrates andasse todo contente a ser insultado na televisão pelo seu Ministro, que insiste em esclarecer que, contrariamente ao seu Primeiro-Ministro, é engenheiro inscrito na respectiva Ordem.

Como era impensável que Sócrates não tivesse uma palavra para os cerca de 500 mil desempregados, número mais elevado desde o 25 de Abril, nem para as constantes notícias de mais uma fábrica a fechar.

Se este Governo não se comportasse como se estivesse no deserto não seria possível que Sócrates tivesse a aleivosia de telefonar aos directores das televisões e das rádios a criticar uma notícia qualquer que lhe desagradasse, deixando cair ameaças veladas.

Nem deixaria o mesmo Sócrates que uma qualquer Directora Regional, mesmo sendo uma «girl» do PS, fizesse cessar a comissão de serviço de um funcionário público apenas por delito de opinião, por acaso apenas mais um dichote sobre a licenciatura de Sócrates.

Ou se pressionassem os trabalhadores da função pública de forma que ainda se está por apurar, mas com contornos semelhantes à política de favorecimento de denúncias entre funcionários, pelo exercício constitucional do seu direito à greve.

Se não se comportassem como se no deserto estivessem, não seria possível a um Governo do PS, dito socialista, praticar uma política de insensibilidade social e de autoritarismo, de autismo e de prepotência, como a que se vê.

Tudo decorre para o Governo como se Portugal estivesse no melhor dos mundos. E na realidade publicam-se sondagens em que isso é reflectido...

Esquecendo o desemprego galopante, a degradação das condições de trabalho e de vida das famílias, com as suas prestações dos empréstimos à habitação e ao consumo a subir vertiginosamente, mês após mês e os seus salários congelados, como as progressões na função pública ano após ano, sem esperança em reformas condignas na velhice.

Precisamos urgentemente de enviar o Governo para o verdadeiro deserto, se quisermos evitar que Portugal se torne no deserto que o Governo vive!

«O Primeiro-Ministro está a criar um clima de medo e de delação, de violação da privacidade...»



Destaques:

Debate Mensal com o PM

Pag. 2 e seguintes

Campanha para a Câmara de Lisboa

Após o “Debate Mensal”

Actividades do PSD

Nas paginas interiores

Projecto de Lei do PSD é viabilizado em primeira leitura, pela bancada do PS.

Campos Ferreira acusa Governo de criar “enclaves” da GNR



A Assembleia da República discutiu no passado dia 30, um projecto de lei do PSD sobre autonomia e gestão das instituições do ensino superior que defende a liberdade de cada instituto escolher o modelo de gestão e a composição dos seus órgãos.

O projecto de lei do PSD, que será discutido e votado em sessão plenária, consagra que cada instituição passe a gozar de liberdade para adoptar o modelo de gestão que considerar mais adequado à sua realidade.

O PSD defende que cada Universidade ou Politécnico possa escolher a sua forma de governo e a sua estrutura orgânica, com total liberdade, pois desse modo “respondem pelos seus actos, decisões, orientações e resultados sem quaisquer álibis ou escusas, designadamente em função dos constrangimentos legais”.

Cada instituição deverá também poder definir livremente a composição dos seus órgãos, sem qualquer imposição legal ou burocrática, aplicando-se assim o princípio da diversidade, já que cada universidade e cada politécnico têm características específicas que os diferem dos outros, considera o PSD,

salvaguardando a existência de condições legais para que essa diversidade seja concretizada.

O documento a ser apresentado pelo PSD consagra pela “primeira vez” que os Reitores (no caso das Universidades) ou os Presidentes (no caso dos Politécnicos) possam ser professores, mas também uma qualquer outra personalidade de reconhecido mérito.

“A actual lei impõe obrigatoriamente a eleição de um professor, quando a filosofia deve ser completamente distinta. As instituições devem poder escolher livremente a pessoa que considerem mais apta. Pode ser professor, ou não. Cada instituição é que decide, nos termos dos seus Estatutos”, afirma o PSD.

A excepção a estes princípios será a de que nas instituições públicas o órgão responsável pela definição de orientações em termos de desenvolvimento estratégico seja obrigatoriamente composto por uma maioria de elementos externos à própria instituição e representativos do meio envolvente (social, cultural, económico ou autárquico).

“Assume-se, deste modo, o princípio, tantas vezes elogiado mas

nunca verdadeiramente concretizado, de total abertura e interacção entre as Instituições do ensino superior e a sociedade civil”, com o objectivo de ter Universidades e Politécnicos mais adaptados aos desafios da sociedade, consideram os social-democratas.

Segundo o diploma, as instituições ficam obrigadas a elaborar planos de desenvolvimento plurianuais. Desta forma ficam consagradas as perspectivas de evolução das instituições em matéria de oferta educativo-formativa, a projecção do número de alunos, as iniciativas a desenvolver nos domínios da investigação, da inovação e da interacção com a sociedade, bem como no plano da programação financeira.

O PSD defende ainda a avaliação enquanto mecanismo preferencial de regulação, considerando que este é um instrumento essencial ao bom funcionamento de todas as instituições de ensino superior.

“Uma eficaz, permanente e independente avaliação é não só um factor de aferição da qualidade do ensino como, também, um impulso decisivo para a actualização e a melhoria de competitividade em que o ensino superior tem hoje de estar empenhado”, sobretudo no quadro das mudanças e dos desafios que o Processo de Bolonha impõem, considera este partido.

O PSD considera que a actual lei “condiciona a liberdade de acção do ensino superior”, impõe com rigidez o número, a denominação e as competências dos órgãos próprios de gestão e “confunde o princípio da participação democrática no ensino com um exercício demagógico de um modelo de gestão das escolas,

chegando a impor a participação de estudantes e funcionários nos órgãos de gestão executiva.

O Governo tem actualmente em discussão pública um projecto-lei aprovado este mês em Conselho de Ministros que contempla a transformação de universidades e politécnicos em fundações de direito privado, a criação de consórcios entre instituições idênticas, bem como a possibilidade de designar um estrangeiro para reitor.

Este projecto-lei será ainda alvo de discussão na Assembleia da República, em data a determinar, e sujeito a eventuais alterações.

Trata-se de uma proposta que segue as recomendações da OCDE num relatório encomendado pelo Governo e tornado público em Dezembro de 2006.

Os socialistas viabilizaram o projecto do PSD

A maioria parlamentar socialista viabilizou hoje que o projecto-lei do PSD sobre autonomia e gestão das instituições de Ensino Superior, de forma a que o mesmo baixe à Comissão de Educação, Ciência e Cultura, para permitir uma maior “reflexão” sobre a matéria entre os partidos.

Após o debate sobre o diploma apresentado pelos sociais-democratas, na Assembleia da República, todos os partidos votaram a favor de baixar o documento àquela comissão sem votação.

“Estamos a concretizar o princípio da cooperação e a permitir que todos os partidos participem e reflectam sobre esta matéria. Estamos abertos a todos os contributos construtivos e





positivos e esperamos essa postura responsável por parte do maior partido da oposição”, afirmou ao jornalista o deputado socialista Bravo Nico, no final da discussão.

A proposta do PSD defende que cada universidade ou politécnico possa escolher a sua forma de governo e a sua estrutura orgânica, com total liberdade, e consagra, entre outros aspectos, que os reitores possam ser professores ou qualquer outra personalidade de reconhecido mérito.

O Governo tem actualmente em discussão pública um projecto-lei aprovado este mês em Conselho de Ministros que contempla a transformação de universidades e politécnicos em fundações de direito privado, a criação de consórcios entre instituições idênticas, bem como a possibilidade de designar um estrangeiro para reitor.

Durante a apresentação do diploma, o deputado do PSD Pedro Duarte considerou que o ensino superior precisa de “uma urgente” adaptação ao século XXI, afirmando que o Governo nada fez nos últimos dois anos, quando a reforma do sector era uma das prioridades do programa do Executivo.

“A verdade é que o Governo ainda não está preparado para vir a jogo, discutir com o Parlamento as suas ideias estruturantes para o ensino superior. Foram mais de dois anos de apatia, de imobilismo, de ausência de Governo”, afirmou o social-democrata, criticando a ausência do ministro Mariano Gago do debate ou de qualquer membro da sua equipa.

Durante o debate, o PSD lamentou que ainda não tenha dado entrada na Assembleia da República o diploma do Governo sobre esta matéria e apelou para que este não use a maioria parlamentar para “impor soluções que não colhem qualquer adesão na sociedade portuguesa”.

PSD quer debater no Parlamento o decreto-lei que institui o OPART

O PSD quer debater no Parlamento o decreto-lei que institui o OPART (Organismo de Produção Artística) e que irá, segundo a Reestruturação da Administração Central do Estado, gerir o Teatro S. Carlos e a Companhia Nacional de Bailado.

Segundo o pedido de apreciação parlamentar entregue hoje pelos deputados do PSD, em causa está “a autonomia artística” do teatro de ópera e da companhia de bailado nacionais.

Com a criação do OPART através de decreto-lei, o Governo, afirmam os deputados social-democratas, “aproveitou para retirar, dos preceitos legais, a autonomia artística destes organismos”.

“O PSD - lê-se no mesmo documento - pretende propor a reintrodução desse mesmo artigo que visa salvaguardar a autonomia

artística destes organismos, nomeadamente, face à tutela”.

O PSD considera ainda “injustificável que, criando-se um Conselho de Administração no novo organismo criado (OPART), com um vasto leque de competências, se excepcione a nomeação dos Directores Artísticos”.

Para o PSD o facto de os directores artísticos serem nomeados directamente pelos ministros da Cultura e das Finanças é uma tentativa de “dirigismo cultural por parte deste Governo”, disse à Lusa o vice-presidente da bancada social-democrata, Pedro Duarte.

Pedro Duarte disse ainda que a criação do OPART “e esta alínea em concreto, relativa à autonomia artística, é um sinal de que o Governo pretende controlar a criação artística”.

Este pedido de apreciação será agora agendado na próxima conferência de líderes parlamentares para ser debatido no plenário.

Luis Campos Ferreira acusa o Governo de criar “enclaves” da GNR em territórios entregues à PSP

O deputado social-democrata Luis Campos Ferreira criticou hoje o “desnorte” do Governo na reorganização das áreas de intervenção das forças de segurança, acusando-o de criar “enclaves” da GNR em territórios entregues à PSP.

Segundo Campos Ferreira, há localidades onde a PSP tem competência exclusiva pela segurança das pessoas, à excepção dos troços nacionais que as atravessam e que continuam sob a jurisdição da GNR.

“É uma situação caricata, que causa dificuldades de articulação, de estratégias e de identificação dos criminosos”, afirmou o parlamentar, que falava no final de uma visita ao Comando da PSP de Viana do Castelo.

Campos Ferreira sustentou ainda que a situação significa “algum desnorte por parte do Governo”.

O deputado disse que aqueles “enclaves” da GNR se registam um pouco por todo o país, pelo que prometeu levar o assunto à Assembleia da República, para tentar corrigir a situação.

Em relação a Viana do Castelo, Campos Ferreira defendeu a instalação de um posto móvel da PSP em Darque, depois de o Governo ter “inviabilizado completamente” a construção de uma esquadra naquela freguesia, há muito reivindicada pelos órgãos autárquicos locais.

Para o social-democrata, a ideia é “aproveitar a boleia” da cimeira dos ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia, que se realizará em Setembro em Viana do Castelo, e conseguir que alguns dos equipamentos de segurança, que nessa altura serão deslocados para a cidade, acabem por ficar.



Miguel Almeida pede esclarecimentos sobre os critérios que levaram à retirada do reconhecimento de interesse público à Universidade Internacional

O deputado do PSD, Miguel Almeida, apresentou no Parlamento, um requerimento dirigido ao Ministro da Ciência e Ensino Superior onde pede esclarecimentos sobre os critérios que levaram à retirada do reconhecimento de interesse público à Universidade Internacional.

No documento, o deputado, eleito pelo círculo de Coimbra pretende saber “com carácter de urgência”, quais os resultados da Inspeção-Geral do Ensino Superior “que fundamentaram e determinaram” a decisão da tutela.

No comunicado em que anunciou, sexta-feira da semana passada,, a retirada do reconhecimento de interesse público aos pólos da Universidade Internacional de Lisboa e da Figueira da Foz, o Ministério da Ciência e Ensino Superior alegou que “nem estão em funcionamento os cursos exigidos por lei nem, relativamente aos cursos abertos, o corpo docente cumpre os requisitos mínimos indispensáveis”.

A instituição tem 15 dias úteis a partir da data em que é notificada para contestar o despacho e a tutela dispõe de seis meses para confirmar a decisão.

No requerimento agora divulgado, Miguel Almeida frisa que a Direcção-Geral do Ensino Superior “terá dado como provados que os estabelecimentos em referência não possuem as condições mínimas, exigidas por lei, para continuarem a ser reconhecidas como instituições de interesse público, sendo que este é um requisito essencial de funcionamento”.

No entanto, diz o deputado, a Universidade Internacional “considera que a decisão do Ministro do Ensino Superior é arbitrária e sem fundamento, dado que a Universidade tem estado a funcionar em moldes normais, pelo que não era expectável a presente situação”.

Alude ainda, no documento, a uma inspecção realizada “recentemente” na Internacional, cujo relatório, diz, em nada é conforme ao despacho ministerial, “antes regista melhorias no funcionamento da instituição”.

O deputado termina justificando o requerimento pela necessidade “de serem esclarecidas todas as dúvidas e contradições” existentes. –

Fontes: GP/PSD e Lusa

No Debate Mensal com Sócrates

«O Primeiro-Ministro está a criar um clima de medo e de delação, de violação da privacidade...»

Na passada quinta-feira, a Assembleia da República foi palco de mais um debate mensal do Primeiro-Ministro com a Oposição. O tema escolhido foi plano governamental, inserido no plano tecnológico, para o acesso ao computador e à Internet de banda larga, com preços significativamente reduzidos por forma a melhorar a acessibilidade a estas tecnologias.

Como já é habitual, a Oposição, ante a selecção de temas que o PM faz — e que geralmente servem os seus interesses e evitam os temas mais polémicos do momento — carrou para a discussão alguns dos assuntos mais candentes, que têm dominado a atenção do público e que são importantes para Portugal.

Assim, o nosso Presidente, ao abrir as perguntas ao PM (*outro sistema que dá vantagens pouco éticas ao Primeiro Ministro, que termina sempre o diálogo, sem mais réplicas, ou seja, que pode guardar para a última resposta as partes mais contundentes da intervenção, sem correr o risco do contraditório!*) afirmou:

Cinco pontos essenciais para a competitividade

O Sr. Primeiro-Ministro, traz-nos hoje o tema da competitividade — importante, sem dúvida!

De resto, neste domínio, segundo os dados vindos a público recentemente, o nosso país «baixou de divisão» no ranking internacional de competitividade — baixou do 37.º lugar para 39.º lugar. Daí a aposta,



que é fundamental, na competitividade. Assim, a sociedade da informação e a aposta nas tecnologias de informação são, sem dúvida, contributos muito importantes. Percebe-se, por isso, o empenho que o Governo e o País colocam neste domínio.

Mas tenho dificuldade em compreender que, ao mesmo tempo, o Governo não tenha a mesma preocupação e o mesmo grau de exigência, por exemplo, no domínio da educação, área em que começa a regressar ao tempo do facilitismo. É assim com a redução dos exames nacionais do 12.º ano, foi assim também com o fim das provas globais, no 9.º ano, para várias disciplinas

e agora, também, ao saber-se que, nas chamadas provas de aferição do 4.º ano e do 6.º ano, os erros a

português — erros de ortografia ou erros de gramática — não são penalizados.

Isto é o convite ao facilitismo!

Mas, de resto, Sr. Primeiro-Ministro, em matéria de competitividade, sem prejuízo da importância das tecnologias de informação, quero dizer-lhe que é pena que não tivesse abordado outras questões, outras prioridades para uma agenda para a competitividade.

Dou-lhe cinco exemplos concretos: primeiro, obrigar o Estado a pagar a tempo e horas aos seus fornecedores, às empresas, em particular, pequenas e médias empresas.

Sem encurtar estes prazos, as empresas não conseguem cumprir os seus compromissos e muito menos ganhar competitividade.

Segundo, mudar radicalmente o regime de gestão das nossas escolas, acabar com a chamada gestão democrática das escolas. Cada escola precisa de ter um gestor, um director, alguém com capacidades de liderança, com autoridade e com responsabilidade.

Isso não custa dinheiro, mas dá resultados!

Terceiro, mudar o sistema de governo das nossas universidades — um dos grandes «cancros». Acabar com a unicidade organizativa, dar liberdade de organização, para, no final, exigir responsabilização nos resultados.

Quarto, ensino técnico-profissional. Investir a sério nesse domínio, designadamente na criação

de pavilhões oficiais nas escolas do secundário.

O importante não é que um jovem tenha um «canudo»; o importante é que ele esteja mesmo habilitado para o exercício de uma profissão!

Por último, a competitividade fiscal, que é essencial para atrair investimento, para combater a deslocalização de empresas e para, dessa forma, combater a chaga e o flagelo do desemprego.

Aqui tem, Sr. Primeiro-Ministro, cinco pontos que o Governo não tratou, e que de um modo geral não trata, que eram importantes para uma agenda para a competitividade.

Os Ministros das Obras Públicas, da Economia e da Saúde, rivalizam para ver qual deles diz o disparate maior!

Agora, Sr. Primeiro-Ministro, o que me parece também extraordinário é o senhor vir ao Parlamento e não ter uma palavra, fugir a abordar um conjunto de assuntos que preocupam o País e que aconteceram nos últimos tempos.

Começo pela taxa de desemprego.

No primeiro trimestre deste ano atingimos a taxa de desemprego mais alta dos últimos 21 anos: 470 000 portugueses no desemprego — isto sem contar com os mais de 70 000 que emigram de Portugal, à procura de um posto de trabalho.

O senhor tem responsabilidades nesta matéria. Foi o senhor que prometeu, antes das eleições, baixar o desemprego, criar 150 000 postos de trabalho. Nessa altura, foi o primeiro a aparecer. Agora, como os resultados são incómodos, é o primeiro a desaparecer.

Segunda questão que preocupa e inquieta milhares de famílias portuguesas: as doações entre pais e filhos, entre avós e netos, entre marido e mulher.

Em Janeiro, o senhor disse, nesta Casa, que era falso que fosse obrigatório declarar ao fisco essas doações. Recentemente, o Ministério das Finanças veio desmenti-lo, dizendo: «Final, é obrigatório». Ainda ontem o Ministro das Finanças reconheceu isso, embora dizendo que vai mudar, ainda não sabe «quando» nem «como».

Pois bem, Sr. Primeiro-Ministro,





isto não é apenas uma trapalhada, isto é ridículo e é, sobretudo, grave. Grave pela ligeireza com que o senhor aborda estes temas e sobretudo grave porque é o Estado meter-se onde não deve meter-se: na vida íntima das famílias portuguesas!!

Terceira questão, é extraordinário também que o Sr. Primeiro-Ministro não tenha uma palavra sobre esta situação que tem acontecido na Direcção Regional de Educação do Norte, em que um professor, em privado, sublinho, em privado, fez uma piada sobre o seu percurso académico. O que é que lhe aconteceu? Um processo disciplinar, e logo uma sanção: transferido para outro local.

O senhor já disse que defende a liberdade de opinião. Com certeza, mas o que o senhor não teve ainda foi a coragem de condenar o comportamento daquela directora regional!

Porque de duas uma: ou o senhor é consequente naquilo que diz, e então tem de demitir aquela directora regional e pôr um ponto final naquele assunto; ou o senhor não é consequente e então é conveniente com esta situação, dá cobertura àquela comissão política e, pior do que isso, sanciona e pactua com o delito de opinião.

Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro: a Ota.

Não vou aqui falar da Ota para falar das inqualificáveis declarações do Ministro das Obras Públicas, que, em matéria de disparates, rivaliza com

o Ministro da Economia ou com o Ministro da Saúde, para ver qual deles diz o disparate maior.

Não! Vou falar-lhe de uma coisa importante que surgiu nos últimos dias: um apelo que o Presidente da República fez a um consenso técnico e a um consenso político. O que o Presidente da República veio dizer, por outras palavras, foi que o assunto não está encerrado e que é necessário e importante um consenso técnico e político nesta matéria.

Pois bem, por aquilo que tenho ouvido dos técnicos e especialistas, acho que esse consenso no plano técnico quanto à melhor localização é possível. E no plano político quero reafirmar aquilo que já disse várias vezes: o meu partido está aberto a esse esforço de aproximação na base de estudos, que permita encontrar a solução mais económica, mais barata e mais eficaz.

Agora, a questão que lhe coloco é esta: qual é a sua opinião? O Sr. Primeiro-Ministro acha que o assunto da Ota está encerrado?

É um facto consumado? Ou, ao contrário, está disposto e está preparado para corresponder ao desafio do Sr. Presidente da República?

É que esta é uma questão importante, porque não se constrói um aeroporto todos os dias e, sobretudo, porque esta é uma matéria de vital interesse nacional.

Outros momentos da agenda do Presidente

O nosso presidente Luís Marques Mendes, afirmou na Maia, que se vive actualmente na administração pública portuguesa “um clima de asfixia, intimidação e medo” incompatível com uma sociedade democrática.

“Há professores vítimas de perseguição e processos disciplinares por causa de uma piada e administradores hospitalares demitidos por causa de uma crítica à política de saúde”, disse Marques Mendes.

O presidente do PSD, que falava num almoço de homenagem aos presidentes de junta de freguesia social-democratas do concelho da Maia dos últimos 31 anos, lamentou que depois de três décadas de democracia se tenha voltado a usar a delação para fazer perseguição política.

“É triste que os delatores em vez de serem punidos estejam antes a ser premiados”, afirmou Marques Mendes.

Também o presidente da Comissão Política Distrital do

Porto do PSD (PSD/Porto), Agostinho Branquinho se pronunciou sobre esta questão, citando especificamente o caso do professor Fernando Charrua na Direcção Regional de Educação do Norte (DREN).

“Trata-se de um caso grave de delação e consequente perseguição política em que as reacções do Ministério da Educação, do primeiro-ministro e do PS revelam um desnorte completo”, afirmou.

O presidente do PSD/Porto considerou que a atitude da DREN, ao punir o professor Charrua mesmo antes de terminado o inquérito disciplinar, é “ignóbil” e “reveladora de um cego seguidismo relativamente ao Governo”.

“A responsável da DREN [Margarida Moreira] teve aqui um comportamento político ridículo e atroz”, disse.

Agostinho Branquinho defendeu que “neste caso os danos são irreparáveis, pelo que o único desfecho possível só pode ser a demissão da responsável da DREN,

por não apresentar manifestamente condições de isenção para um cargo de estado”.

O presidente do PSD apresentou também, a sua agenda para a competitividade para “Portugal inverter a situação de decadência dos últimos anos”.

Marques Mendes apresentou uma agenda com cinco pontos que abrange os sectores do estado, empresas e educação.

O primeiro ponto diz respeito ao Estado e consiste em obrigar os organismos de poder central a pagar a tempo e horas aos seus fornecedores de forma a evitar a actual situação, em que as empresas esperam mais de um ano pelos pagamentos com enormes prejuízos para a sua competitividade e pondo em risco a sua sobrevivência.

Marques Mendes defende também “uma aposta séria no ensino técnico-profissional, mediante a qual todas as escolas sejam dotadas de pavilhões oficiais para que todos aqueles que não queiram seguir o ensino universitário terminem os seus estudos habilitados para exercerem a profissão

da sua escolha”.

O terceiro ponto consiste em mudar a gestão das escolas dotando-as de um gestor profissional “que acabe de vez com o clientelismo”.

O presidente do PSD quer também, ainda no domínio da educação, mudar o regime de funcionamento e estratégia das universidades de modo a que todos os licenciados “terminem os seus estudos com uma efectiva ferramenta para o seu emprego em vez de um passaporte para o desemprego”.

Por último, Marques Mendes defendeu uma aposta na competitividade fiscal que deve incidir em primeiro lugar sobre as empresas aliviando o IRC e o IVA, para atrair mais investimento e evitar o êxodo que se verifica com empresas a sair continuamente de Portugal.

Marques Mendes diz que esta agenda constituirá a “coluna dorsal” do seu programa de Governo às próximas eleições legislativas. – **Gab. Imp. PSD/Porto, Lusa**

O segundo tempo de perguntas: a Ota

As respostas do Primeiro-Ministro, infelizmente não foram respostas: escondido atrás de uma argumentação repetitiva sobre a acção de Governos passados, em que o PSD teve responsabilidades, nenhuma das questões levantadas por Marques Mendes foi realmente respondida. Finalmente, o nosso Presidente teve a palavra para a segunda ronda de perguntas e disse:

«Um clima de medo e de delação, de instalação da suspeita, de violação da privacidade, de delito de opinião!»

Sobre a educação volto a dizer aquilo que disse: primeiro, já foi este Governo que reduziu o número de exames nacionais no 12.º ano. É um mau sinal, é um sinal da facilitismo e não um sinal de exigência!

Segundo, foi o seu Governo, como aqui denunciéi, que acabou com as provas globais no 9.º ano a uma série de disciplinas, com excepção de Português e de Matemática. É um sinal péssimo! Não é um sinal de exigência, é um sinal de facilitismo!!

Estas são acusações que fiz e são da sua responsabilidade.

E, quanto às provas de aferição, volto a dizer: não me interessa se isso já vem de trás...

Insisto: os erros de Português em qualquer prova devem ser penalizados. Se o problema é vir de trás, do governo x ou do governo y, quero dizer-lhe que estou preocupado para o futuro. Então, faça-lhe aqui um convite...

A minha opinião é a seguinte e quero saber a sua: erros de Português, que é a nossa língua materna, sejam em que prova forem, devem ser sempre penalizados. Se algum governo entende de outra maneira, eu



penso assim. Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, vamos corrigir isso para o futuro e dar um sinal de rigor e de exigência.

Vamos, agora, ao desemprego. O que eu acho extraordinário é o seu discurso. Já que o senhor não consegue baixar a taxa de desemprego, ao menos podia baixar o nível da arrogância do seu discurso...!

Sr. Primeiro-Ministro, quando o senhor foi eleito, a taxa de desemprego

era de quanto? De 7,1%. Neste momento de quanto é? De 8,4%. Quando foi eleito ainda era de 7,1%.

Mais: quero aqui recordar-lhe que o senhor, na última campanha eleitoral, dizia que um governo que deixa chegar a taxa de desemprego a 7,1% era um governo falhado. O senhor referia-se ao governo então liderado pelo PSD.

E, agora, como é que se chama a um Governo que deixa chegar a taxa não a 7,1% mas a 8,4%?! É um Governo de sucesso?!

No que diz respeito à questão das doações, estão aqui a suas declarações, Sr. Primeiro-Ministro, e a questão tem a ver com uma norma do seu Orçamento do Estado. O senhor diz aqui: «As situações que referiu...» — estava a responder ao Sr. Deputado Pedro Mota Soares — «... não estão abrangidas por essa norma do Orçamento do Estado no que diz respeito aos impostos. Nenhum pai que dá dinheiro a um filho tem de o declarar na sua folha fiscal e nenhum cônjuge que faz uma doação a outro tem de a declarar». Foi o senhor que disse isto aqui, reportando-se a uma norma do seu Orçamento do Estado.

Era mentira! O senhor não sabia ou, então, enganou as pessoas. E neste

momento continua a não saber.

Mas a única coisa que me interessa é dizer-lhe o seguinte, Sr. Primeiro-Ministro: dê indicação ao Ministro das Finanças para alterar essa situação, porque para mim há um princípio solene, que é o princípio de que o Estado não se deve meter nestas matérias das famílias portuguesas!!

O que acho extraordinário é que, mesmo na segunda intervenção, o Sr. Primeiro-Ministro ainda continue a fugir a dois outros assuntos importantes que aqui coloquei. No que diz respeito à Direcção Regional de Educação do Norte, o senhor volta a fugir a este assunto. A esse respeito só quero acrescentar ao que disse há instantes o seguinte: este caso é grave em si próprio, mas é também muito grave pelo clima que revela que há em Portugal.

O que este caso revela é um clima de delação, de instalação da suspeita, de violação da privacidade, de delito de opinião.

Mas mais grave ainda: aquela directora regional fez o que fez porque «sentiu as costas quentes», porque sentiu ambiente político para fazer o que fez. Isso é que é grave!!

Este caso é mais um exemplo do clima de asfixia democrática, de intolerância e de asfixia da liberdade em Portugal, do qual o senhor começa a ser responsável. Sabe que clima é este? É um clima de medo, de intimidação e de perseguição política, e não é esta a democracia que nós queremos para Portugal! Por isso o senhor foge ao assunto.

Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro, também percebo o seu incómodo relativamente à questão da Ota. Nem uma palavra. Vai falar depois, quando eu já não tiver oportunidade de retorquir, mas também não existe qualquer problema.

A esse respeito, neste momento, quero apenas sublinhar e dizer mais o seguinte: o senhor tem toda a legitimidade para decidir como entender, porque tem maioria absoluta, mas numa matéria desta natureza, como eu próprio tive ocasião de dizer no dia 11 de Março — tenho aqui a minha intervenção —, acho que era possível e desejável um consenso técnico, económico e político na base de novos estudos que permitam encontrar a solução mais barata, a solução mais rápida e a solução mais eficaz. Fazer desta questão uma questão partidária não é bom para ninguém, não é bom para os portugueses que pagam esta obra, não é bom para o interesse nacional!

E era bom que o senhor tivesse aqui uma palavra para, no fundo, dizer se está disponível ou não está disponível para ir ao encontro do apelo do Presidente da República ou se o assunto está encerrado. Tão simples quanto isto! É uma resposta de que o País precisa!

- Fonte: Gab. Imprensa GP/PSD





Actividades do candidato dos Sociais-Democratas

Entrevista concedida à Lusa, toca pontos cruciais da candidatura

Fernando Negrão concedeu à «Lusa» uma breve entrevista, no quadro das audições pontuais que aquela agência está a todos os candidatos à Presidência da Câmara de Lisboa. Esta conversação com o jornalista decorreu no formato que, em sequência, trazemos aos leitores do «Povo Livre»

P: Que destino devem ter os terrenos do Aeroporto da Portela quando for substituído pelo novo aeroporto da Ota e que impacto terá na saída desta infra-estrutura?

R: Eu não admito de maneira nenhuma que o aeroporto da Portela saia de Lisboa. Há estudos que confirmam que 35 por cento do turismo seria reduzido na cidade de Lisboa. Nós sabemos o impacto que isso tem a nível por exemplo do emprego, o impacto que isso tem a nível do comércio, o impacto que isso tem no trabalho dos taxistas todos os dias na cidade de Lisboa.

Portanto, não admitindo que o aeroporto saia de Lisboa, não posso pôr a hipótese do que fazer relativamente aos terrenos.

P: Irá manter os objectivos do plano de Maria José Nogueira Pinto para a revitalização da Baixa-Chiado?

R: Esse plano é um plano de grande qualidade e da maior importância.

Tem três objectivos com os quais temos de estar todos de acordo. O primeiro objectivo é aumentar o número de residentes na Baixa de Lisboa. Outro objectivo é diminuir o trânsito, porque a Baixa de Lisboa é dos pontos mais bonitos da Europa e todos nós sabemos que os carros desfeiam a paisagem, aumentam a poluição e dificultam a circulação das pessoas. Um terceiro ponto tem a ver com a criação de um grande espaço comercial, um grande centro comercial a céu aberto.

Temos que rever o plano institucional da parceria entre o Governo e a Câmara, que me parece um pouco pesada, é preciso torna-la mais ágil. Temos que rever igualmente o modelo de financiamento, que está demasiado oneroso para a situação actual do país. E temos que rever algumas questões de mobilidade e passam [pela Circular das Colinas], que é uma grande obra de engenharia, uma obra demasiado pesada de engenharia e demasiado cara para se poder avançar com ela no âmbito deste plano. E temos naturalmente que aprofundar as questões ambientais.

P: Concorde com a criação de salas de injeção assistida em Lisboa?

R: Eu acho que essa não é de maneira nenhuma uma prioridade e não é por aí que vamos resolver o



problema. A prioridade são acções de prevenção, principalmente junto da juventude. Depois, temos estruturas de tratamento, numa ligação muito próxima com o Instituto de Droga e da Toxicoddependência, que tenham resposta para quem se queira tratar. Depois temos a área da redução de

danos, e aí temos que apostar nas equipas de rua, em trabalho de proximidade com os toxicoddependentes.

Eu falei com os responsáveis por esse ponto e todos eles me referiram que as salas de injeção assistida seriam sempre uma solução de último recurso, se todas as outras falhassem. Eu tenho a convicção, até de experiência profissional, que as outras soluções não falharão e por isso não é preciso investir nas salas de injeção assistida.

P: Como pensa requalificar o Parque Mayer?

R: O Parque Mayer necessita de uma requalificação urgente. Estamos a falar daquilo a que, em termos de arquitectura, é um buraco urbano. Existem verbas disponíveis para nós começarmos a fazer esse trabalho e essas verbas têm origem nas verbas do Casino de Lisboa, verbas essas que têm como destino a requalificação do Capitólio, porque é um edifício classificado, e a construção de raiz de um novo edifício no Parque Mayer.

O projecto de Frank Gehry tem de ser analisado, até em termos contratuais. Sabermos concretamente qual o ponto da situação relativamente a esse projecto.

Admito que [o projecto de Gehry] possa não avançar, porque a situação da Câmara é muito difícil em termos económicos e porque temos de respeitar a tradição cultural do Parque Mayer e que passa pelas formas de cultura tradicionais da cidade de Lisboa.

– «Lusa»

Fernando Negrão na Feira do Livro



“Quisemos dar um sinal de que a Cultura é fundamental no Governo de uma cidade”, explicou Fernando Negrão, em declarações aos jornalistas.

Negrão lembrou que a Feira tem este ano dimensões mais reduzidas e defendeu que é importante regressar ao seu formato inicial.

“A intervenção da Câmara Municipal de Lisboa é ao nível do apoio logístico e da regulação das associações de livreiros. É importante elaborar um novo modelo de Feira do Livro”, disse.

Questionado sobre as características desse novo modelo,

Negrão explicou que passa por uma estratégia de marketing.

“Temos de tornar a Feira do Livro mais atractiva para os lisboetas e, sobretudo, para os jovens”, defendeu.

Interrogado sobre outras medidas que propõe para a cidade no âmbito da cultura, Negrão remeteu para a próxima semana essa informação.

“Para a semana, o projecto do nosso programa eleitoral estará em discussão pública”, disse.

No seu passeio pela Feira do Livro, Fernão Negrão cumprimentou alguns dos autores presentes para sessões de autógrafos, como o historiador Veríssimo Serrão ou os



escritores Alice Vieira e Daniel Oliveira.

«Seria um “crime” retirar o aeroporto da cidade!»

O nosso candidato à Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Negrão, reiterou no fim-de-semana que seria um “crime” retirar o aeroporto da cidade e acusou o candidato socialista António Costa de querer tirar o tema da agenda eleitoral.

No discurso de apresentação da sua lista à Câmara Municipal de Lisboa (CML), Fernando Negrão garantiu que vai insistir na questão do aeroporto “porque é crucial para o desenvolvimento de Lisboa e os lisboetas não podem perder esta estrutura”.

Naquela que Fernando Negrão definiu como uma eleição que vai ser disputada entre ele e o candidato do PS, o cabeça-de-lista do PSD afirmou que António Costa “é o candidato do Governo” e que o é também em relação ao aeroporto da Ota.

Fernando Negrão garantiu que se vai bater com o Governo “nesta e noutras matérias” e defendeu que a Ota é um erro do ponto de vista da engenharia, da política e da economia.

O candidato dos sociais-democratas à Câmara de Lisboa garantiu, no dia 2, que mantém a sua posição relativamente às salas de injeção assistida e que estas devem ser a última alternativa, respondendo assim a um pedido de esclarecimento do CDS/PP.

“Há um programa do executivo anterior que tem que ser reavaliado, mas considero que as salas de injeção não são necessárias porque existem outras alternativas”, garantiu Fernando Negrão, após a apresentação da sua lista.

Hoje durante a manhã Telmo Correia, candidato do CDS/PP à CML tina desafiado o cabeça-de-lista do PSD a esclarecer a sua posição relativamente a este assunto, devido a Sérgio Lipari, um dos candidatos a vereador da lista de Negrão, ter participado activamente, enquanto vereador na presidência de Carmona Rodrigues, na criação de instalações de consumo apoiado para a recuperação em Lisboa.

Confrontado com a pergunta do CDS, Fernando Negrão afirmou que “não se devem confundir as coisas”, pois o projecto não previa salas de injeção assistida, mas sim “salas de assistência aos toxicodependentes”.

Apesar de não concordar com estes locais, o antigo presidente do Instituto da Droga e

Toxicod dependência (IDT) assegurou que todas as hipóteses serão estudadas e que está disposto a debater a criação de salas de injeção assistida desde que lhe provem que são a melhor alternativa.

Fernando Negrão adiantou ainda que se deve apostar mais na prevenção, mas que ao nível da “redução de danos”, a câmara dispõe de “tratamentos de substituição, equipas de rua e comunidades terapêuticas para tirar os toxicod dependentes da rua”.

No discurso da sua apresentação de lista, Fernando Negrão anunciou a criação de um senado da cidade de Lisboa, que contará com a participação de cidadãos experientes em várias áreas, “com mais conhecimento dos problemas de

Lisboa”.

O Senado “não implicará custos e terá os melhores arquitectos, engenheiros e todos os antigos presidentes da CML”, explicou o candidato.

Fernando Negrão informou ainda que o seu programa eleitoral será apresentado em breve, mas que antes será colocado à disposição dos lisboetas através de vários meios, nomeadamente da Internet, para que participem na elaboração do programa.

A Ota como um problema da cidade de Lisboa

Fernando Negrão afirmou no fim de Maio, que a Ota não é apenas um problema nacional, mas também e fundamentalmente um problema da cidade de Lisboa, devido às implicações na economia da capital, que a desactivação da Portela terá.

«Quería reforçar que não vejo a Ota como problema nacional. Olho para a Ota como problema de Lisboa, porque a Ota implica, como já foi dito por um dos candidatos, a desactivação do aeroporto de Lisboa, o que vem prejudicar a economia da cidade», afirmou Negrão aos jornalistas.

O cabeça de lista social-democrata falava durante uma acção de contacto com a população no bairro de Campo de Ourique.

Negrão reagia assim a António Costa, que afirmou terça-feira da semana passada, considerar “estranho que alguns candidatos queiram passar o tempo a discutir temas de política nacional”, referindo-se ao tema da Ota.

Segundo Negrão, a desactivação da Portela terá impacto no comércio e na hotelaria da capital, frisando que “vem causar problemas graves a Lisboa”.





Em relação ao apelo que fez por carta a todos os candidatos à Câmara de Lisboa para a manutenção da Portela, Negrão explicou que defende um Aeroporto em Lisboa vocacionado para “voos intercontinentais e de longo curso”.

O candidato do PSD defende igualmente que se deve “aproveitar as pistas do Montijo, Sintra ou Alverca para os voos chamados de ‘low cost’, que hoje implicam milhares de passageiros”.

“Nesta medida, o Aeroporto de Lisboa é viável e deve continuar em Lisboa”, argumentou.

Negrão referiu que a carta aos candidatos seguiu quarta-feira e que continua a aguardar uma resposta.

Fernando Negrão percorreu hoje uma das principais artérias do bairro de Campo de Ourique, a rua Ferreira Borges, bem como o Jardim da Parada, acompanhado pelo presidente da junta de freguesia de Campo de Ourique, Luís Graça Gonçalves.

Ao abordar os moradores de Campo de Ourique, o candidato era reconhecido e recebeu vários votos de felicidades.



Vanessa Fernandes, mandatária para a Juventude

O candidato do PSD à Câmara de Lisboa, Fernando Negrão, afirmou no dia 31 de Maio, querer levar para a autarquia lisboeta o espírito de grande esforço e determinação da campeã

afirmou.

Negrão encontrou-se hoje com a campeã do mundo de duatlo, vice-campeã mundial e tricampeã europeia de triatlo, no Centro de Estágios do Jamor, em Oeiras.

Segundo Fernando Negrão, é com o exemplo das qualidades reunidas

Fernandes afirmou aos jornalistas ter aceite o convite de Fernando Negrão devido à confiança que o candidato lhe inspira, bem como ao facto de se tratar do PSD.

“Além de tudo, é um partido com que eu sempre simpatizei e tenho gostado das coisas que tem vindo a fazer”, disse.

“Este senhor dá-me bastante confiança naquilo que poderá vir a fazer”, frisou.

Vanessa Fernandes mostrou-se admirada com o convite que lhe foi endereçado para ser mandatária da Juventude, dado ter apenas 21 anos.

“Acho que faço uma boa opção”, rematou a atleta perante os jornalistas.

O apelo do Presidente da República a um debate aprofundado sobre o aeroporto de Lisboa, sublinha a necessidade de nova estratégia

O candidato do PSD à Câmara de Lisboa, Fernando Negrão, considerou hoje que o pedido do Presidente da República para a realização de um debate aprofundado sobre o novo aeroporto de Lisboa confirma a necessidade de “reequacionar” a estratégia.

“É uma mensagem da maior importância”, afirmou Fernando Negrão, considerando que “vem confirmar a necessidade de reequacionar a estratégia de construção do novo aeroporto na Ota”.

O Presidente da República, Cavaco Silva, declarou que “seria altamente benéfico para o país que a Assembleia da República realizasse um debate aprofundado” sobre o futuro aeroporto, “com base em estudos realizados por organizações

e instituições competentes”.

Durante uma visita a uma fábrica na Covilhã, Cavaco Silva acrescentou que espera também “que seja feito um esforço para um consenso político tão amplo quanto possível” sobre este projecto.

Instado a comentar as declarações do Presidente da República, Fernando Negrão disse que são afirmações “importantes principalmente para os lisboetas”.

Contudo, acrescentou, “não se podem fazer debates na Assembleia da República condicionados pela maioria”, sustentou, numa referência ao debate agendado para 11 de Junho sobre a construção do novo aeroporto internacional de Lisboa.

“É preciso um debate aberto”, defendeu Fernando Negrão, que falava aos jornalistas no final de uma visita ao “Lisboa Ginásio Clube”, realizada no âmbito da pré-campanha para as eleições intercalares para a Câmara da capital, marcadas para 15 de Julho.

Questionado sobre se a questão da construção do novo aeroporto será um dos “trunfos” que irá utilizar contra o candidato socialista à Câmara de Lisboa, Fernando Negrão disse que será “um argumento para tentar demover António Costa da posição de defender o fim do aeroporto da Portela”.

A este propósito, Fernando Negrão assinalou o “recuo” do candidato socialista, que na quinta-feira defendeu a necessidade do Governo ouvir “toda a gente, incluindo a cidade” sobre o novo construção do novo aeroporto na Ota.

“António Costa sentiu a necessidade de se demarcar do Governo”, acrescentou. - **Fontes: Campanha Negrão, Lusa, DN, TSF**



mundial Vanessa Fernandes, sua mandatária para a Juventude.

“Estou muito contente de a Vanessa ter aceite ser minha mandatária para a Juventude porque temos aqui uma campeã mundial, uma mulher que toda a sua carreira foi feita com base num grande esforço, grande determinação e numa forte vontade. É esse espírito que eu quero levar para a Câmara Municipal de Lisboa”,

por Vanessa Fernandes que o PSD vai enfrentar o desafio “das eleições e da gestão e do governo da cidade de Lisboa”.

O cabeça-de-lista social-democrata sublinhou que a sua mandatária para a Juventude “é um exemplo para todos os jovens”.

Apesar de só ter conhecido pessoalmente hoje Fernando Negrão e de não ser natural de Lisboa, Vanessa

Intervenção sobre o regime jurídico das Associações Públicas Profissionais

Deputado Hugo Velosa
Assembleia da República, 1 de Junho de 2007



(...)

É uma matéria em que Portugal se apresenta, muito atrasada em relação à generalidade dos países europeus, incluindo a vizinha Espanha.

O país vizinho, desde 1974 que tem em vigor uma Lei deste tipo, evitando assim que as Ordens Profissionais e outras Associações Profissionais com poderes públicos proliferem ao sabor de interesses, tantas vezes privados, sem que se tenha tido em atenção o interesse público e uma Lei Quadro que a impedissem.

Esta é uma crítica a todos nós por não termos há muito anos resolvido esta situação.

Na verdade o que tem acontecido é que as Ordens Profissionais e outras Associações Profissionais com poderes públicos têm sido criadas por inúmeros diplomas legais, o que em nada abona a coerência do seu Quadro legal de referência.

No essencial, todas as Ordens e Associações que proliferam baseiam-se exclusivamente nos princípios constitucionais previstos no artº 267º da Constituição da República Portuguesa e nos interesses das actividades profissionais que se foram constituindo em Ordens e Associações Públicas Profissionais.

(...)

Nos últimos anos a Assembleia da República tem sido confrontada com pressões várias para a criação e alteração aos Estatutos de várias Ordens e Associações Públicas Profissionais.

Não tem sido uma forma correcta de resolver estes problemas. Foram

discutidos só nos últimos anos na Assembleia da República Projectos de Lei, Propostas de Lei e apreciações parlamentares referentes à Ordem dos Biólogos, à Ordem dos Economistas, à Associação Profissional dos Arquitectos, ao Estatuto da Câmara dos Despachantes Oficiais, à Ordem dos Farmacêuticos, à Ordem dos Advogados, à Ordem dos Notários e à ordem dos Psicólogos.

O mérito do Projecto do Partido Socialista ora em discussão é o de tentar criar o quadro legal que evite, por um lado a proliferação das Ordens e, por outro, que as que venham a ser criadas ou adaptadas nos seus Estatutos, não tenham um quadro legal de referência.

(...)

Isto não implica que esta discussão não seja tardia. É, na realidade tardia, em relação à criação da Ordem dos Psicólogos que, com base em Projectos do CDS - PP e do PSD foi "congelada" nesta Assembleia da República, pelo Partido Socialista há um ano e meio.

O que se espera é que, com a aprovação previsível da Lei Quadro, esta e outras situações que surjam no futuro se resolvam de forma substancial e sistemática e não ao sabor de conjunturas ou interesses de momento que, como se sabe nem sempre correspondem à defesa do interesse público.

(...)

A existência de uma Lei como esta é desde logo fundamental por se dirigir, não só à defesa do interesse público mas também a um número significativo de profissionais muito representativos em Portugal, todos eles de grande importância para o

desenvolvimento do País.

A Proposta de Lei tem no essencial o apoio do Grupo Parlamentar do PSD.

Esperamos, aliás que, em sede de especialidade o Partido Socialista esteja disponível para aceitar propostas que visem a melhoria do diploma, enumerando a título exemplificativo, os seguintes pontos:

§ No regime disciplinar e sancionatório há que assegurar, desde logo o respeito dos princípios da legalidade, da tipicidade e da proporcionalidade.

§ A criação de novas Ordens Profissionais deve ser devidamente ponderada na Lei, e deve obedecer a motivações relacionadas sobretudo com o interesse social e público. Deve ser clarificada a especial relevância e transcendência social.

§ Tem que ficar claro o que é uma Associação Pública Profissional e uma Ordem.

§ O regime de criação das Ordens, para além do estudo previsto no nº 3 do artº 2º deve conciliar a intervenção do Governo e desta Assembleia da República.

Por exemplo faz sentido que a atribuição ao Governo da aplicação das normas gerais reguladoras mediante decreto, deva ter uma intervenção prévia favorável do Parlamento para verificação dos requisitos de interesse público e de especial relevância social ou

económica da profissão.

De resto o Grupo Parlamentar do PSD concorda com os objetivos da presente Proposta de Lei.

No entanto, sugerimos que o diploma, uma vez aprovado seja apreciado pela 1ª Comissão, em sede de especialidade, por ser esta a que nos parece a competente face às questões jurídicas e aos poderes públicos que são concedidos às Ordens e Associações Públicas Profissionais. O Partido Socialista certamente concorda com isto.

(...)

Só se lamenta que a criação da ordem dos Psicólogos esteja "congelada" há um ano e meio. Espera-se que saia do "congelador parlamentar socialista" logo que esta Lei Quadro, como se espera, seja aprovada, com a participação dos Grupos Parlamentares.

O Partido Socialista e o Governo comprometeram-se há mais de um ano a apresentar este Projecto de Lei. Aliás tal promessa, é a razão apresentada pelo Partido Socialista para o Ordem dos Psicólogos não estar criada e os respectivos projectos estarem parados.

Esperemos que agora não seja o Partido Socialista a evitar não só aquela criação mas também e, sobretudo, os contributos dos grupos Parlamentares em sede de especialidade.

AGENDA PARLAMENTAR

QUARTA-FEIRA, DIA 6 DE JUNHO DE 2007, 15:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Interpelação ao Governo n.º .../X (CDS-PP)
(Perda do poder de compra dos portugueses)

VOTAÇÕES no final do debate

SEXTA-FEIRA, DIA 08 DE JUNHO DE 2007, 10:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Proposta de Lei n.º 137/X (GOV)
(Aprova a Orgânica da Polícia de Segurança Pública)
Proposta de Lei n.º 138/X (GOV)
(Aprova a Orgânica da Guarda Nacional Republicana)

Proposta de Lei n.º 142/X (GOV)
(Infra-estruturas e programação de investimentos das Forças de Segurança)



Intervenção sobre a «Autonomia e Gestão do Ensino Superior»

Deputado Pedro Duarte

Assembleia da República, 30 de Maio de 2007

(...)

O ensino superior no nosso País precisa de uma urgente adaptação ao Século XXI.

As frenéticas mudanças que todos vivemos nos últimos anos e que alteraram profundamente os nossos pequenos hábitos quotidianos, que alteraram os equilíbrios nas relações económicas à escala global ou que alteraram os pressupostos da Ordem Internacional, justificam que cheguemos a uma conclusão basililar: não faz sentido que o ensino superior fique na mesma, quando tudo mudou em seu redor.

Pelo contrário, o que a sociedade espera do ensino superior é que seja, precisamente, um agente de mudança, um pilar galvanizador de inovação e de adaptação aos tempos modernos.

Com estes pressupostos, o PSD recorre hoje a um direito previsto no nosso Regimento, para agendar e trazer a debate uma proposta de mudança, de ruptura positiva no nosso ensino superior.

Importa, contudo - ainda antes de abordar o conteúdo da proposta que aqui trazemos - fazer uma pequena retrospectiva de todo este processo.

Em Maio de 2006, há mais de um ano, o Presidente do PSD anunciou, no encerramento do Congresso do Partido, que este Grupo Parlamentar avançaria, passados uns dias, com uma proposta consistente e ponderada de reforma no ensino superior, nomeadamente, nos pontos que consideramos mais críticos.

Assim aconteceu. No dia 2 de Junho, dava entrada neste Parlamento, o Projecto-Lei do PSD que hoje discutimos.

Vale a pena, portanto, fazer a comparação com a atitude do Governo.

Citemos o Programa do Governo, aprovado neste Governo há mais de dois anos. Sublinho: há mais de dois anos.

Passo a citar: *“o Governo concederá também toda a prioridade à reforma do sistema de governo das instituições de ensino superior”*

(Está na página 53 do Programa de Governo).

Contudo, apesar deste enunciado, o Governo, decorridos mais de 2 anos, não se mostrou habilitado a trazer as suas propostas a este debate.

O contraste não podia ser mais evidente!



De um lado, temos o líder do PSD que anuncia o que sabe poder concretizar!

Do outro, temos o Primeiro-Ministro que anuncia, anuncia, anuncia... mas que se fica por isso mesmo.

Passaram mais de dois anos e o Governo continua ausente.

A verdade é que o Governo ainda não está preparado para “vir a jogo”, discutir com o PSD, discutir com o Parlamento, as suas ideias estruturantes para o ensino superior.

Passaram de facto, mais de 2 anos.

Mas o grande problema é que foram “mais de 2 anos” de apatia, de imobilismo, no fundo, de ausência do Governo e, particularmente, do Ministro do Ensino Superior.

Pela nossa parte – no PSD – a opção é clara: não nos limitamos a apontar os erros e as omissões do Governo; não nos resignamos a uma postura de mera crítica. Pelo contrário, optamos – e provamo-lo hoje mesmo – por uma atitude construtiva, com a apresentação de ideias que pretendemos que venham a ser encaradas como contributos para um debate que deverá ser participado e alargado.

Somos uma oposição crítica a este Governo.

Mas somos também uma oposição com ideias claras para o País.

A prova disso mesmo é que –

depois de um ano de espera – provocamos a discussão das nossas propostas para o ensino superior.

E ironicamente, o Governo diz-nos que ainda não está habilitado para este debate!

Passemos, então, à substância das propostas de reforma estrutural para o ensino superior que hoje apresentamos.

Propomos, sem tibiezas, uma mudança de paradigma, alicerçado em três grandes eixos:

- Liberdade
- Diversidade
- E responsabilidade

Ou seja, apostamos num ensino superior com espírito de iniciativa, aberto à diversidade, à flexibilidade e à criatividade que devem ser características destes novos tempos.

Para tal, duas medidas são para nós, imprescindíveis:

- Por um lado, incentivar uma forte autonomia de cada Instituição de ensino superior.

- Por outro, acabar com o incongruente sistema de governo das nossas Universidades e Institutos Politécnicos públicos.

Não escondemos que queremos, objectivamente, eliminar o aparelho legislativo e burocrático poderoso que, actualmente, constriange as Instituições.

Dou um exemplo, muito

concreto: uma Universidade, hoje, não pode fixar as suas regras de recrutamento de docentes e investigadores nem os critérios de admissão de estudantes. Ou seja, a Universidade está privada de uma das mais importantes regras da liberdade académica: a liberdade de selecção e escolha dos seus professores e estudantes.

Mais. A actual lei limita as instituições do ensino superior, não lhes permitindo criar as suas próprias estruturas de administração e gestão, dado que são obrigadas a seguir as regras – cegas - da lei, que impõe número, nomes e competências dos órgãos de gestão, independentemente da dimensão, das especialidades, das tradições e das necessidades.

Pior. A lei chega a impor a participação de estudantes e funcionários nos órgãos de poder e representação, incluindo os conselhos directivos.

Alguns chamam a isto gestão democrática. Nós consideramos tudo isto um exercício de gestão demagógica.

Vigora hoje um regime que, de tão dirigista e regulamentador, apela à irresponsabilidade.

O PSD prefere o inverso: maior liberdade, maior flexibilidade, para se exigir maior responsabilidade.

(...)

As principais mudanças que propomos são as seguintes:

Primeiro: cada instituição passará a gozar de liberdade para adoptar o modelo de gestão que considerar mais adequado à sua realidade. Cada Universidade ou cada Politécnico poderá escolher a sua forma de governo e a sua estrutura orgânica, com total liberdade.

Deste modo, gozando de total liberdade de organização, respondem pelos seus actos, decisões, orientações e resultados sem quaisquer alibis, designadamente em função dos constrangimentos legais.

Segundo: cada instituição definirá, com igual liberdade, a composição dos seus órgãos, sem qualquer imposição legal ou burocrática.

É, também aqui, o princípio da diversidade. A UTAD é diferente – e

deve ser diferente – da Universidade Nova de Lisboa. O Politécnico de Beja é diferente – e deve ser diferente – do Politécnico do Porto. Devemos acolher e estimular esta diversidade.

Terceiro: passa a consagrar-se, pela primeira vez, a que os Reitores (no caso das Universidades) ou os Presidentes (no caso dos Politécnicos) poderão ser um professor ou uma qualquer outra personalidade de reconhecido mérito. A actual lei impõe obrigatoriamente a eleição de um professor. Propõe-se uma filosofia completamente distinta: as instituições podem escolher livremente a pessoa que considerem mais apta. Pode ser professor, ou não. Cada instituição é que decide.

Quarto: consagra-se uma excepção a estes princípios enunciados.

Nas instituições públicas, o órgão máximo da Universidade ou Politécnico (responsável pela definição das grandes orientações em termos de desenvolvimento estratégico) será, obrigatoriamente, composto por uma maioria de elementos externos à própria instituição e representativos do meio envolvente (social, cultural, económico ou autárquico).

Assume-se, deste modo, o princípio, tantas vezes enaltecido mas nunca verdadeiramente concretizado, de abertura e interacção entre as Instituições do ensino superior e a sociedade civil.

Quinto: Determina-se a obrigação de elaboração de **planos de desenvolvimento plurianuais** estimula-se a aprovação de “planos de desenvolvimento plurianuais” por parte de todas as Instituições. Um dos grandes problemas do nosso ensino superior reside no facto de, no passado, não se ter adoptado uma estratégia prospectiva que ponderasse as diferentes condicionantes (demográficas, económicas, mercado de trabalho, etc.) que envolviam a realidade académica. Agora, promove-se esta visão de médio/ longo prazo concretizada numa missão e numa estratégia definidas, nas perspectivas de evolução das instituições em matéria de oferta educativo-formativa, na projecção do número de alunos, nas iniciativas a desenvolver nos domínios da investigação, da inovação e da interacção com a sociedade, bem como do plano da programação financeira, mormente os investimentos.

Uma última palavra para manifestar a predisposição do PSD para contribuir para as melhores soluções possíveis para o futuro do nosso ensino superior.

Manifestamos, hoje, a nossa atitude construtiva.

E, portanto, sentimos toda a legitimidade para apelar ao Governo

socialista para que não faça uso da sua maioria parlamentar para tentar impor soluções que não colhem qualquer adesão na sociedade portuguesa.

Vale a pena recordar que a anterior lei de Autonomia das Universidades foi aprovada, por unanimidade, há

vinte anos atrás.

E enfatizar que esta é uma reforma que deverá, tendencialmente, vigorar durante várias décadas. Deve, portanto, merecer um amplo consenso político e social.

Os sinais de prepotência e de autismo que têm caracterizado o

Governo são, até ver, um preocupante indício.

Desejamos, portanto – a bem de Portugal – que este Governo, também aqui, inverta o rumo que vem traçando.

(...)



Intervenção sobre medidas de prevenção da gravidez na adolescência

Deputada Ana Manso
Assembleia da República, 1 de Junho de 2007

(...)

Discutimos hoje o Projecto de Resolução n.º 192/X, apresentado pelo Bloco de Esquerda, o qual preconiza que a Assembleia da República recomende ao Governo medidas no sentido de prevenir a gravidez na adolescência.

O Projecto em questão propõe a realização de um estudo nacional, exaustivo, sobre a gravidez na adolescência, que proporcione um real diagnóstico da situação e sustente um Programa Nacional de Prevenção.

Finalmente, recomenda ao Governo que este cumpra a leis em vigor no País, em matéria de criação e funcionamento de centros de atendimento e de consultas de planeamento familiar para adolescentes e jovens.

(...)

Todos conhecemos os números da gravidez na adolescência em Portugal e todos sabemos que o nosso país apresenta uma das maiores taxas de gravidez na adolescência da União Europeia.

Este facto assume uma gravidade muito maior se nos detivermos na faixa etária mais jovem e, portanto, mais vulnerável – até aos 15 anos. Neste caso, segundo dados do Eurostat de 2005, Portugal tem mesmo a mais alta taxa da Europa.

A posição de Portugal face aos seus parceiros europeus nesta matéria é corroborada por outros organismos tão idóneos como a OMS ou o Fundo das Nações Unidas para a População, em particular no seu relatório sobre o Estado da População Mundial de 2003 (*“State of World Population, 2003”*).



Segundo dados do INE, 5519 adolescentes portuguesas foram mães no ano de 2005, mas foram seguramente mais as adolescentes grávidas em Portugal nesse mesmo período.

As faixas etárias em que o fenómeno se revela mais dramático e em que Portugal bate recordes,

quando comparadas com os países europeus que nos são mais próximos, são aquelas que são especialmente preocupantes do ponto de vista psico-afectivo, clínico e social.

Quanto às consequências, todos sabemos também que, seja do ponto de vista social, seja do ponto de vista económico e mesmo psicológico, a ocorrência de tão largo número de



Intervenção sobre medidas de prevenção da gravidez na adolescência

Deputada Ana Manso

Assembleia da República, 1 de Junho de 2007

gravidezes na adolescência é verdadeiramente dramática.

É tanto mais dramática, porque ela é propiciadora de exclusão social além de reflectir comportamentos de risco face ao VIH/SIDA e outras IST para não falar já das possibilidades de violência sexual nas famílias ou entre pares.

A análise benigna, relativamente frequente, quanto às causas e características deste problema foi cedendo terreno, em todos os países desenvolvidos, a uma crescente preocupação com o bem-estar das adolescentes grávidas, dos pais adolescentes, das famílias adolescentes e dos nascituros.

Por outro lado, está actualmente bem clara a relação entre a gravidez na adolescência e o insucesso ou abandono escolar, os problemas educacionais e a baixa escolaridade, as más condições socio-económicas e a pobreza, o desemprego, o internamento de crianças/adolescentes, ou mesmo, a interrupção voluntária da gravidez e múltiplos outros fenómenos específicos.

Assim, não restam dúvidas de que a maternidade deve ser responsável e ocorrer, apenas, quando as mães e os pais atinjam a sua maturidade psíquica, bem como, desejavelmente, alguma autonomia económica. O incremento da natalidade não se pode fazer à custa do sofrimento, da institucionalização e da exclusão.

(...)

O PSD nunca poderia ser indiferente à realidade social, familiar e pessoal que hoje, uma vez mais, discutimos.

Por isso, desde sempre, atribuímos a maior importância ao problema da gravidez, da maternidade e da paternidade na adolescência, designadamente quanto aos aspectos da sua prevenção.

Um bom exemplo desta preocupação foi a Resolução da Assembleia da República n.º 28/2004, aprovada em Março de 2004 com os votos a favor do PSD e do CDS e a abstenção de 33 Deputados do Partido Socialista, entre os quais – convém lembrar – figura o actual Primeiro Ministro.

Entre várias outras

recomendações preconizadas nesse documento, o PSD propôs que o Governo tomasse as seguintes medidas:

- Apostar na educação para a saúde, criando uma área curricular autónoma de formação e desenvolvimento pessoal;

- Criar condições especiais no acesso a creches e jardins-de-infância por parte dos filhos de jovens mães estudantes;

- Apoiar as Instituições Particulares de Solidariedade Social que prestam ajuda e aconselhamento a jovens mães em situação de carência económica ou de vulnerabilidade social;

- Estimular a criação e o desenvolvimento dos Centros de Apoio à Vida;

- Garantir que todas as farmácias assegurem a dispensa de todos os meios e métodos contraceptivos previstos na legislação em vigor;

- Promover a articulação entre os Centros de Atendimento a Jovens, os Centros de Saúde e os hospitais da área de referência;

- Reforçar as condições de acesso aos meios e métodos contraceptivos de forma a prevenir e evitar a gravidez indesejada e/ou inesperada, especialmente em grupos mais vulneráveis.

Passados seis meses sobre a aprovação da referida Resolução, todos sabemos que o Parlamento foi dissolvido, assim se comprometendo, inevitavelmente, a boa execução deste programa.

(...)

Entretanto tomou posse um novo Governo, do Partido Socialista, e, decorridos mais de dois anos desde a sua entrada em funções, é caso para perguntar o que é que o Governo já fez e quais os resultados práticos que obteve?

Será que o número de gravidezes na adolescência diminuiu?

Será que as mães adolescentes e os seus filhos têm novas medidas de protecção especial?

Será que o sistema de ensino e campanhas de informação têm

promovido o esclarecimento dos adolescentes e jovens no domínio da saúde reprodutiva?

Será que aumentou o uso regular de anticonceptivos, como o preservativo ou a pílula, entre jovens adolescentes?

Ou que o apoio às instituições que apoiam mães e filhos em circunstâncias precárias foi reforçado?

Ou ainda que os Centros de Saúde tem mais stock de meios e métodos contraceptivos e técnicos mais qualificados para trabalhar com adolescentes e jovens em risco?

Ou que existem efectivos programas implementados de saúde sexual e reprodutiva?

Estas são perguntas que, infelizmente, não tem resposta positiva.

Por isso, Senhoras e Senhores Deputados, o presente projecto de Resolução não é mais que chover no molhado. Indirectamente, ainda se pode dizer que tem o mérito de apontar o dedo à mão cheia de nada que é a política deste Governo para resolver tão importante problema.

Porque a política do Governo para os adolescentes e os jovens, tem sido não para lhes facilitar o acesso aos serviços públicos de saúde, mas para os tirar de lá, assim garantindo maior “rentabilidade” ao Serviço Nacional de Saúde.

Daqui a pouco tempo, se o Ministro da Saúde continuar no seu economicismo e insensibilidade social, muitas crianças até aos 12 anos passarão a pagar taxas moderadoras.

As crianças, ...

Por isso não se afigura que este mesmo Governo vá preocupar-se com a gravidez na adolescência, pelo menos na sua vertente pedagógica e de prevenção.

Aliás, ainda esta semana, um estudo da DECO veio demonstrar a chocante realidade que é a política deste Governo.

A pedido dessa associação de consumidores, jovens entre os 15 e os 20 anos procuraram planeamento familiar em 85 centros de saúde, hospitais e delegações do Instituto

Português da Juventude, estabelecimentos que deveriam fornecer estes serviços, e o resultado terá sido que em 49 deles – ou seja – em mais de metade, as utentes não passaram da recepção.

Mais do que qualquer crítica, este estudo põe a nu o vergonhoso virar de costas a que este Governo votou a prevenção de riscos na sexualidade dos jovens e dos adolescentes.

(...)

Sem estarmos contra, dizemos com frontalidade que propor a realização de mais um estudo é perda de tempo.

A triste realidade da gravidez na adolescência é por demais conhecida e diagnosticada.

Mais um estudo é mais um alibi para o Governo adiar fazer alguma coisa.

Propor, ainda, que a lei seja cumprida em matéria de planeamento familiar, não passa de um placebo, pois o Governo não a cumpre por outra razão que não seja a de falta de vontade política.

(...)

O que precisamos é de um Governo que aposte numa estratégia nacional de diminuição da gravidez na adolescência que ultrapasse o debate político ou a saúde pública e envolva a sociedade e os jovens.

O que precisamos é que o Governo garanta o acesso às consultas e que desenvolva campanhas de prevenção e de consciencialização dos jovens para esta problemática.

O que precisamos é de promover uma maior sensibilização para as questões dos afectos responsáveis.

O que precisamos é, como propõe a DECO, de combater as assimetrias regionais, de proporcionar planeamento familiar e cuidados de saúde sexual e reprodutiva a todos e a todas independentemente do local onde residam.

O que precisamos é de outras prioridades políticas, que não o encerramento de maternidades e serviços de educação e de saúde.

... não é possível com um Governo que faz da arrogância e da insensibilidade social a sua principal imagem de marca.

Local Açores

O PSD/Açores comenta...

No rescaldo de uma visita Estatutária do Governo à Ilha

No passado dia 2 lá teve mais uma “visita Estatutária de 3 dias” do Governo Regional à Ilha de São Jorge.

Cumpriram assim o artº 66º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Longe vão os tempos em que uma visita do Governo Regional à Ilha era esperada com grande ansiedade, pelas populações das Ilhas, agora intituladas por alguns como Ilhas de Coesão e por outros, Ilhas de “Falta de Coesão”...

Verdade reza a História, de que nunca, em 30 anos, aconteceram visitas dos sucessivos Governos, que não agradassem à população.

As visitas foram desde sempre positivas. Naturalmente, umas mais que outras. Sempre assim foi e, ao que parece, assim continuará a ser.

Afinal nós, em São Jorge, sabemos receber bem!!! E, particularmente, quando se trata de um nosso convidado, então primamos mesmo por isso...

Mas, sobre esta visita do Governo Regional, quero desde já realçar que foi positiva nalguns aspectos:

Por exemplo:

A taxa de ocupação dos nossos hotéis (hotel) aumentou em muito, pois a comitiva eram cerca de 40 pessoas – Positivo!!!

A estatística no movimento de passageiros na nova aerogare também aumentou – Positivo!!!

Os restaurantes e bares, nestes dias, também aumentaram o volume de vendas – Positivo!!!

Alguns serviços na Ilha, cerca de 15 dias antes da visita do Governo, apressaram-se a alindar as estradas, a pintar muros, a roçar jardins, a regar as flores e a limpar miradouros com erva de quase um ano. Foi uma “balbúrdia” para que tudo estivesse lindo para a visita do Governo – Mais um aspecto positivo!!!

Positivo também foram as pedras que foram lançadas (algumas não sei se foram enviadas com ou sem raízes). A primeira pedra da Finisterra (Cooperativa de Lacticínios do Topo), sei bem que tem raízes. As outras o tempo o dirá...

Sobre o Sector Cooperativo constatámos que alguns Governantes falaram, com grandes perspectivas de futuro. Mas o que achei estranho foi o facto dos agricultores não se terem pronunciado...

É que, “à boca pequena”, os



agricultores lá vão pensando com os seus botões: “*será que isto vai dar certo?*”

De uma coisa não tenho dúvidas: Dizer que a nova Unidade Fabril da Uniqeijo vai criar cerca de 50 postos de trabalho é dizer meia verdade, como aliás estamos habituados da parte do Governo.

E meia verdade porque, se fizermos as contas depois de encerrarem as Cooperativas de Lacticínios de Rosais, Santo Amaro, Beira, Manadas, Santo António e Norte Pequeno, que nesta data criam várias dezenas de postos de trabalho, temos sérias dúvidas que esta medida venha de encontro à necessária manutenção, pelo menos, do actual número de empregos gerados por este sector.

Ou seja, muitos trabalhadores vão com certeza perder os seus postos de trabalho nas respectivas freguesias. E as freguesias as suas cooperativas, todo o movimento gerado à sua volta. Será que mediram bem as consequências desta reviravolta no sector cooperativo?

O Governo poderá dizer que esta é a única solução com vista à viabilidade do sector. Mas então não se esconda atrás de meias verdades. Temos de ouvir e saber toda a

verdade.

Como todos reconhecerão, o Sector Cooperativo tem tido ao longo de décadas um papel social muito importante, diria mesmo decisivo, em cada uma das nossas freguesias.

Não podemos admitir que as nossas localidades percam toda a dinâmica provocada pelas suas cooperativas. Aquilo a que alguém, muito recentemente, classificava como a alma das nossas comunidades.

Cá está: Um investimento cujos resultados podem ser negativos e até mesmo decisivos para a efectiva desertificação da Ilha de São Jorge.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente e membros do Governo: em todos os comunicados do Conselho do Governo realizados na Ilha de São Jorge, várias têm sido as promessas que lá sempre ficam escritas, mas que teimam em não passar do papel:

Vejamos então exemplos:

1- Em 28 de Abril de 2004 (há 3 anos) o comunicado, no seu ponto 1, rezava assim: “Dar instruções à Administração Portuária dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental com o fim de lançar o concurso para a empreitada de ampliação e reordenamento do terrapleno do cais

das Velas no sentido de melhorar a operacionalidade do porto e facilitar o trânsito rodoviário. Esta empreitada tem um valor estimado de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros)

Ora esta obra já foi apresentada em desenho, depois em estudo por várias vezes, pelo Sr. Secretário da Economia, nas sucessivas visitas à Ilha e a verdade é que continua no papel. Onde está a obra?

Sei que me vão responder “É já este ano.... Era uma resposta previsível!!!

Em 15 de Fevereiro de 2000, (há 7 anos) em Comunicado do Conselho de Governo, lia-se: “Proceder a obras de protecção do muro da orla marítima da Fajã de São João”.

Vá lá, 7 anos depois nesta visita procederam ao auto de consignação desta empreitada após sucessivos remendos cujo resultado sempre foi posto em causa por nós. Afinal alguém nesta câmara tinha razão quando criticava o que estava sendo feito, era numa tentativa de tapar os olhos ao povo...

Em 28 de Abril de 2004 (há 3 anos) em Comunicado do Conselho do Governo lia-se: “Proceder à elaboração dos projectos de ampliação e adaptação ao ensino secundário das



Escolas Básicas Integradas de Velas e Calheta, incluindo entre outras obras a substituição das coberturas e a criação dos espaços laboratoriais específicos para o ensino secundário”

Até hoje nada que conseguíssemos vislumbrar...

O Sr. Secretário da Educação disse em Conselho de Ilha que os projectos estarão prontos até ao final do ano, mas não disse qual... Espero que seja este ano de 2007 e não no final de outro ano qualquer...

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhor Presidente e membros do Governo: porque o silêncio e a passividade dão azo a que uma mentira passe a ser verdade; em defesa da minha honra e de todos aqueles que subscrevam a minha indignação, e também em honra daqueles que elegerem todos os Deputados de São Jorge, queria aqui deixar o meu protesto e meu lamento.

rotesto pela forma “deselegante” e “grotesca” com que o Sr. Presidente do Governo Regional se dirigiu a

todos os convidados na Inauguração da Aerogare do Aeroporto da Ilha de São Jorge, dizendo que o PSD não gostava das obras que o Governo faz, mas que, apesar disso, tinham o “descaramento” de aparecer nas Inaugurações.

Ora, tanto quanto sei, todos os que lá estavam (Presidentes de Câmara, Deputados e muitos outros, eleitos pelo PSD) com certeza que foram convidados por alguém...

Pessoalmente, tinha convite e até tenho aqui comigo todos os que me foram enviados para que não restem dúvidas.

Senhor Presidente do Governo! Se lhe chegou aos ouvidos que existem deputados em São Jorge que aparecem onde não são convidados, aconselho-o a pesquisar melhor a origem desse feito. Quanto aos eleitos pelo PSD, não são de certeza, e sou capaz também de defender aqui aqueles que foram eleitos pelo seu partido, pois tanto quanto os conheço, também não acredito que o façam...

Admitamos, senhores deputados, que não fica bem a ninguém convidar entidades para um evento e durante a sua realização afrontá-los com tamanha arrogância.

E sobre o Lamento: o Sr. Presidente do Governo, de facto, não convive bem com a crítica, dá-se até muito mal com isso!!!

É useiro e vezeiro a repetir 1000 vezes uma mentira, para que ela se torne verdade!

Felizmente para nós, e infelizmente para si, não estamos na Venezuela.

Os Deputados do PSD assim como os do PS que aqui estão presentes, foram eleitos democraticamente pelos Jorgenses. Desrespeitá-los é desrespeitar a população de São Jorge!

Para que fique bem claro o PSD não é contra as obras.

O PSD é a favor de todas as obras que tragam melhor qualidade de vida para os Açorianos, o que em São Jorge, não tem acontecido... Em São Jorge

fazem obras para calar as pessoas e com especiais atenções aos calendários eleitorais. Tem sido assim e é isso que o PSD pretende mudar no futuro!

E, se me perguntassem que obras estão a mais em São Jorge, dir-lhes-ia NENHUMA!

Estão a menos e algumas realizadas ficam muito aquém dos desejos das pessoas, como é o caso do “PORTO DE RECREIO NAUTICO DAS VELAS”, que parece mais “um ensaio em modelo reduzido” que se faz nos laboratórios de engenharia.

Agora conhecido pela “Poça dos Barcos”.

Os Jorgenses merecem que façamos muito mais e bastante melhor pela nossa terra.

Os Jorgenses são pessoas de palavra.

Os Jorgenses esperam que os políticos cumpram a sua palavra. Por uma questão de honra e verdade. – **Deputado Regional Mark Mendes, na ALRA**

PSD/Terceira denuncia incumprimento do acordo laboral da Base das Lajes

O PSD/Terceira denunciou hoje o “incumprimento cada vez maior”, do acordo laboral da Base das Lajes, o que acontece com a “convivência” dos governos regional e da República.

“Há um incumprimento cada vez maior do acordo laboral da Base das Lajes”, afirmou o presidente da comissão política da ilha Terceira, António Ventura, após uma reunião, em Angra do Heroísmo, com o Sindicato dos Trabalhadores de Alimentação, Bebidas e Similares, Comércio, Escritórios e Serviços dos Açores, em que se discutiu a recente proibição do acesso de cidadãos portugueses ao concurso para 40 postos de trabalho na base norte-americana.

Segundo o dirigente social-democrata, “é preocupante que o acordo existente não seja cumprido, tendo a convivência do governo regional e do governo da República, num claro prejuízo para os trabalhadores portugueses, numa estrutura que é o maior empregador da Terceira, contando actualmente 856 postos de trabalho”.

Para o PSD/Terceira, a situação é “tão mais preocupante” quando se sabe que há “uma expansão assumida dos Estados Unidos para outros pontos do globo, nomeadamente África, o que vem reforçar a importância da posição geo-estratégica da Base das Lajes, ao contrário do que por vezes se faz constar”.

“Há a impressão que os

trabalhadores são utilizados como moeda de troca num processo que se desconhece”, referiu António Ventura, para quem “foi ainda aventada a possibilidade de serem despedidos mais trabalhadores portugueses durante o ano em curso, uma situação que contrasta claramente com a proibição do acesso ao concurso em questão, onde apenas 40 pessoas, que não podem ser portuguesas, podem concorrer”.

O dirigente social-democrata acrescentou que “não se compreende a falta de pressão do governo açoriano perante esta questão, sendo que a negociação ao nível das melhorias das condições salariais se cotou como um fracasso, vendo-se ainda crescer a precariedade do vínculo de muitos dos trabalhadores”.

O número de trabalhadores na Base das Lajes recrutados na ilha tem vindo gradualmente a descer. Dados referentes a 1992 indicavam a existência de 1206 trabalhadores portugueses no activo. Em 2000 este número desceu para 931, subiu para 987 em 2002 e no final do ano passado havia 856 trabalhadores portugueses.

Aposta nas potencialidades é urgente para a Terceira

Os eleitos pelo PSD estiveram, esta manhã, em especial destaque na reunião do Conselho da Ilha Terceira, realizada em Angra do Heroísmo.



Defendendo novas políticas integradas para o desenvolvimento da ilha, foi tom comum que as principais carências sejam debeladas, de modo a potenciar as características da Terceira em prol do seu crescimento económico e social.

Para Aurélio da Fonseca é necessário um rigoroso levantamento das dificuldades inerentes a uma mudança de ciclo como a que se tem verificado, com a Agricultura a perder influência no tecido económico local. Isto de modo a poder “integrar os seus activos num envolvimento maior das

várias frentes de uma nova realidade, onde o Turismo assume posição de destaque para o desenvolvimento da ilha”, referiu o antigo Secretário Regional da Educação.

Para isso, assegurou Carla Bretão, é essencial “uma política de transportes equilibrada e dimensionada às necessidades da Terceira. Que foi sempre um pólo centralizador nesse campo, tendência que, aos poucos, parece querer desaparecer”. A deputada aponta como uma prioridade “estudar de forma aprofundada as perdas que a

Terceira e o Grupo Central têm tido com a actual gestão dos transportes, sabendo-se da dependência com o exterior, mas também das valias que uma política eficaz no sector poderá criar”.

António Ventura referiu que a actual tendência de “um centralismo exacerbado nos Açores, têm prejudicado sobremaneira a Terceira e as ilhas vizinhas. Isso é visível a todos os níveis e é o desenvolvimento da ilha que está em causa. Deve haver uma sinergia de esforços para colmatar as carências actuais de uma ilha que têm sido um tanto esquecida”. Ventura comentou ainda um conjunto de assuntos suscitados pela Associação Agrícola da Terceira, e que se prendia com a desratização ineficaz em curso, a necessidade de mais abastecimento de água para as explorações, bem como a melhora na electrificação das mesmas.

Clélio Meneses salientou a necessidade de um “diagnóstico rigoroso à Terceira, de modo que a sua posição geográfica e as suas características únicas funcionem como um potencial de crescimento, onde a aposta no Turismo e as dinâmicas empresariais se possam unir em bom tom”. O também deputado exaltou que há “aspectos culturais e mesmo pólos como a Base das Lajes, que confirmam por si só as potencialidades da Terceira. Mas é também essencial que se possa haver uma circulação de pessoas feita em condições de qualidade”, referiu Clélio Meneses, numa clara alusão à actual política de transportes.

Resumido a propaganda Início da época balnear na Praia da Vitória

O PSD da Praia da Vitória acusou a Câmara Municipal de “mais uma acção propagandística”, a respeito da abertura antecipada da época balnear este ano, que a edilidade anunciou para o início de Maio, e para a qual prometeu “que todas as zonas balneares do concelho estariam aptas a receber os turistas holandeses de visita ao município”.



Segundo a concelhia laranja tudo não passou de “mais uma varridela para debaixo do tapete pois, apesar da vigilância nas praias, as zonas balneares e de lazer continuam sujas e deixadas ao desleixo e incúria por parte da Câmara Municipal. Os equipamentos não foram instalados e as zonas de lazer estão abandonadas. É o total desmazelo”, diz o PSD.

Um exemplo dessa situação é apontado com o que se passa “na costa norte da ilha, particularmente na freguesia dos Biscoitos, um dos maiores pólos de atracção turística da ilha. Ao percorrer a zona costeira, desde a piscina natural até à Canada do Mar, pode observar-se o estado do equipamento público de apoio ao turismo e lazer que, como devidamente registado no local, foi financiado pelo projecto Leader. Abandono e desmazelo são as palavras que melhor caracterizam a situação ali encontrada”, refere a estrutura liderada por Paulo Ribeiro.

Os sociais-democratas acrescentam que “a Câmara não cumpre o seu compromisso com os municípios pois, mais do que dar por dar ou do que anunciar sem fazer, mais do que preocupar-se em agradar visitantes e forasteiros, deveria preocupar-se com o Concelho, com os seus habitantes e com as suas freguesias”, conclui um comunicado da Comissão Política Concelhia do PSD da Praia da Vitória.

Líder do PSD considera grave que governo possa ter ocultado informação sobre pré-acordo de pescas

O líder do PSD/Açores classificou hoje como “extremamente grave” que o governo regional possa ter “ocultado” informação sobre o pré-acordo de pescas entre Portugal e Espanha, que concede autorização a 38 embarcações das Canárias para pescar atum nos mares dos Açores, entre as 12 e as 100 milhas.

“Ou o governo regional participou neste processo, e está a fingir que não conhece o pré-acordo,



sem ter ouvido os pescadores e a Assembleia Legislativa dos Açores, o que é extremamente grave porque há uma ocultação, ou foi posto à margem do processo, o que é uma atitude inqualificável por parte do governo da República”, afirmou Costa Neves, questionado pelos jornalistas, numa conferência de imprensa em que apresentou a posição do partido sobre a revisão do Estatuto.

Para o líder social-democrata, é “difícil de compreender” o comportamento do governo regional nesta matéria, já que “o pré-acordo é conhecido em Madrid, em Las Palmas, no Funchal e em Bruxelas, e só não parece ser conhecido nos Açores”.

Gravidez na adolescência: números desencontrados mostram confusão do Governo Regional

O PSD/Açores acusou ontem o Governo Regional de “não se entender face aos números da gravidez na adolescência, especialmente no tocante aos dados relativos a 2005”. De facto, e no âmbito da apreciação do projecto de resolução apresentado pelo PSD para o planeamento familiar, a cargo da Comissão parlamentar dos Assuntos Sociais, foram ouvidos os Secretários Regionais dos Assuntos Sociais, Domingos Cunha, e da Educação e Ciência, Álamo Meneses.

Na ocasião o PSD reiterou que não está efectivamente a ser implementado “na íntegra, o Decreto Legislativo Regional nº18/2000/A, de 8 de Agosto, publicado há quase 7 anos, designadamente por não existir um planeamento familiar disponível para todos os açorianos”. E essa necessidade, segundo os social-

democratas, ficou ainda mais vinculada quando o Secretário dos Assuntos Sociais afirma que, em 2005, o número de nados-vivos filhos de mães até aos 19 anos é de 175, e as publicações anuais do Serviço Regional de Estatística dos Açores apontam 321 nascimentos no ano em causa”.

O PSD estranha que o Governo não se entenda relativamente à matéria em questão, “que é delicada e precisa de um estudo aprofundado, e não entende como é que o Governo faz estas confusões quando tem vários departamentos que deviam estar a par do que se passa com a gravidez de adolescentes nos Açores”.

Para os deputados sociais-democratas, que recentemente apresentaram o referido projecto de resolução em sede do parlamento regional, esta discrepância é “por um lado preocupante, e por outro reforça a necessidade da aprovação definitiva do projecto dado a conhecer”.

Recorde-se que, para além do estudo sobre a situação da gravidez na adolescência na Região, os social-democratas recomendaram igualmente ao Governo Regional a efectiva aplicação da legislação regional que determina a adopção de medidas no âmbito do planeamento familiar e da educação afectivo-sexual.

Foi a deputada Carla Bretão quem considerou que desde 2000 a situação nos Açores “não evoluiu no que concerne às exigências de planeamento familiar e da educação sexual do mundo moderno, pois a informação, prevenção, vigilância e rastreio são consideradas de capital importância para evitar as infecções sexualmente transmissíveis e outro tipo de patologias, como o cancro da mama e do colo do útero”. – Fontes e Fotos, Gab. Imp. PSD/ALRA



Notícias de Setúbal

Aumento do desemprego preocupa Distrital de Setúbal do PSD

A recente divulgação de dados que dão conta do maior aumento do desemprego desde 1992 foi um dos principais temas abordados pela Assembleia Distrital de Setúbal do PSD, que reuniu terça-feira em Palmela. A defesa de que o projecto da ponte Barreiro-Chelas contemple as vertentes rodoviária e ferroviária e a indignação pelas declarações do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Telecomunicações, Mário Lino, sobre a região de Setúbal, foram outros dos assuntos na ordem do dia.

Os sociais-democratas referem ter sido com perplexidade que na passada semana economistas, políticos, bem como toda a sociedade em geral, recebeu os dados tornados públicos pelo INE referente à taxa de desemprego do primeiro trimestre de 2007 que dava conta do maior aumento desde o ano de 1992.

A esta má notícia juntam-se outros dados também preocupantes como o aumento de 0.7% de desemprego face ao mesmo período do ano passado (1º trimestre de 2006).

“A perplexidade deve-se sobretudo porque a problemática do desemprego é uma das mais importantes, dado que a todos afecta, de forma directa ou indirectamente, constituindo um tema de importância transversal a toda a sociedade, sendo as Taxas de Desemprego os indicadores mensuráveis da “saúde” da economia de um País, assim como do bem-estar das famílias, com especial incidência no nosso Distrito, como todos sabemos”, pode-se ler na moção apresentada sobre este tema na Assembleia Distrital do PSD.

A surpresa também se deveu ao facto destes dados não se encontrarem em consonância com os resultados que sistematicamente são revelados pelo Governo, que se reportam aos dados estatísticos providos do IIEFP, mais precisamente dos seus Centros de Emprego e que têm revelado menos inscritos e menos inscritos na situação de desempregados, sistematicamente de mês para mês assim como face a períodos homólogos (em comparação aos mesmos meses do ano passado). Tal situação tem-se vindo a registar nos Centros de Emprego desde 2006, com especial incidência em determinadas zonas do País como o Alentejo e Lisboa e Vale do Tejo.

Segundo os sociais-democratas, o que se verifica é que “os dados sobre o desemprego apresentados pelo IIEFP



que dão conta da redução do número de desempregados devem-se, por um lado, ao facto de os sistemas informáticos do IIEFP e da Segurança Social desde 2006 se encontrarem interligados automaticamente, no que se refere ao registo dos desempregados e da requisição dos mesmos das suas prestações de subsídio de desemprego ou de suspensão das mesmas, aquando do início ou reinício de actividade laboral, o que permitiu automatizar e actualizar quase diariamente a situação dos ficheiros de desempregados dos Centros de Emprego e, por outro, à entrada em vigor da nova Lei do Subsídio de Desemprego de Novembro de 2006 que implica a obrigatoriedade dos desempregados não só de fazerem prova junto dos Centros de Emprego da sua busca activa de emprego pelos seus meios mas também o controlo quinzenal a que estão sujeitos, de se apresentarem nos Centros de Emprego, Juntas de Freguesia ou em qualquer outro local definido pelo Centro de Emprego”.

“A política deste Governo tem vocacionado e reduzido os Centros de Emprego em meras máquinas puramente administrativas de anulações e cessações de subsídios de desemprego, focando os Técnicos de

Emprego no trabalho redutor de controlo administrativo das faltas dos desempregados aos controlos quinzenais, sendo relegado para segundo plano o trabalho de cariz mais técnico, de contacto com os empresários, da recolha de ofertas a serem divulgadas pelos Centros de Emprego e as parcerias em matéria de emprego com o tecido empresarial”, referem.

A Moção acrescenta que “são estas as principais razões a que se devem os dados estatísticos do IIEFP tão favoráveis ao Governo e ao Ministério do Trabalho, mas que são totalmente falaciosos dado que nem sempre uma redução do número de desempregados nos ficheiros dos Centros é um indicador favorável, podendo ser até mesmo revelador de estagnação económica do tecido empresarial”.

Tendo em conta esta situação, a Assembleia Distrital de Setúbal do PSD exige do Governo medidas concretas para fazer face ao desemprego crescente, especialmente ao localizado e específico, como é o caso dos desempregados da Alcoa, criando medidas semelhantes ao PIPS, entretanto extinto.

Ponte Barreiro-Chelas deve ser Rodo-Feroviária

Outro dos assuntos em discussão foi a construção da Terceira Travessia do Tejo, que os sociais-democratas defendem que deve contemplar tanto a vertente ferroviária como a vertente rodoviária.

Na moção apresentada sobre este tema, sublinha-se que “juntamente com uma política adequada de desenvolvimento e com a futura travessia com o Seixal, a nova ponte vai permitir, para além de uma ligação mais rápida à capital, o desenvolvimento do território e a afirmação do Barreiro na Península de Setúbal e na AML”.

Importa recordar que no final de 2006, o Governo anunciou novos investimentos nas acessibilidades para a Margem Norte da AML, reforçando as ligações rodoviárias com Lisboa, o que contrasta com a ausência de investimento feito na Margem Sul. “Este tratamento diferenciado resulta num desenvolvimento desigual e injusto que é necessário alterar”, criticam os sociais-democratas.

A Moção alerta ainda que a minimização dos efeitos nas alterações climáticas só será possível com uma intervenção concertada, de forma equilibrada, e com critérios

idênticos do ponto de vista territorial.

Deste modo, a Assembleia Distrital de Setúbal defende a construção da nova ponte Barreiro-Chelas com as vertentes rodoviária e ferroviária, devido aos benefícios que irá trazer para a toda a Península de Setúbal, sendo a solução mais adequada do ponto de vista nacional.

Ministro das Obras Públicas e Transportes deve ser demitido

As recentes declarações do Ministro Mário Lino também foram motivo de análise pelos sociais-democratas, que recordaram o espanto com que a população da Península de Setúbal, e o PSD em particular, tomaram conhecimento desta infeliz situação.

“As declarações do Ministro Mário Lino consubstanciam uma profunda ofensa e humilhação a todos

quantos vivem e trabalham na margem sul do Tejo”, salienta a Moção apresentada sobre este assunto.

“Efectivamente, à falta de melhores argumentos, o Senhor Ministro permitiu-se aviltar todos quantos aqui vivem, tratando esta região como uma zona subdesenvolvida, onde nada há e tudo falta. Aliás, já que o Senhor Ministro afirma que na margem sul do Tejo não existem escolas, estradas e hospitais, será bom que explique o que pretende fazer para resolver estas carências. Se as suas palavras fossem sérias e credíveis, em consequência deveria apresentar um plano de acção para resolver todas estas carências estruturais”, refere ainda o documento.

Os sociais-democratas consideram que as afirmações do Ministro Obras Públicas e dos Transportes, mais do que “um

delírio”, são “uma provocação e um insulto que procuram esconder a arrogância, o autismo e o desespero de que o Governo dá mostras relativamente à escolha da Ota para localização do novo aeroporto”.

Tendo em conta esta situação, os sociais-democratas exigem por parte do Ministro das Obras Públicas e Transportes um pedido de desculpas a todos quantos habitam na margem sul do Tejo, pois “o teor das suas declarações é aviltante e envergonha qualquer um. É tempo do Senhor Ministro explicar esta sua obsessão pela OTA e a obstinação em recusar estudar qualquer alternativa à construção do aeroporto na OTA. Afinal o Senhor Ministro defende os interesses de todos os portugueses ou só de alguns?”

A Assembleia Distrital de Setúbal do PSD exige também que o Primeiro-Ministro reponha verdade

dos factos, repare os erros e omissões constantes da mensagem do Ministro e emende a humilhação que este se permitiu fazer à população desta região.

Os sociais-democratas exigem ainda a demissão do Ministro Mário Lino das funções que ocupa pois um Ministro que mente desta forma, não pode continuar a servir Portugal e os Portugueses.

A necessidade de efectuar mais estudos quanto à futura localização do aeroporto foi outros dos pontos reiterados, pois um investimento tão avultado e tão importante, não pode ficar à mercê da obstinação de um homem e de um Governo.

Importa ainda referir que estas Moções, apresentadas pela Comissão Política Distrital de Setúbal do PSD, presidida por Bruno Vitorino, foram aprovadas por unanimidade. - **PD/PSD-Setúbal**

Notícias de Santarém

Problemas ambientais e de saúde pública

A Comissão Política Distrital do PSD de Santarém, reunida em 28 de Maio de 2007, com todas as Comissões Políticas Concelhias, a JSD, os Trabalhadores Sociais-Democratas e os Autarcas Sociais-Democratas, deliberou tornar público o seguinte

COMUNICADO

Sobre o problema ambiental e de saúde pública no ALVIELA

1. Expressar o seu profundo descontentamento e desagrado sobre os esclarecimentos que o Governo prestou, através do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), na Assembleia da República (ver Documento PDF em anexo), à questão do Alviela, dado que:

a) O Governo afirma que «Relativamente às infra-estruturas da ETAR de Alcanena, neste momento, o Instituto da Água não tem prevista a realização de mais nenhuma intervenção»;

b) O Governo defende que «tem consciência da prioridade que deve ser dada à resolução deste problema (...) a sua preocupação e a disponibilidade para que se encontrem soluções de parcerias institucionais que permitam desenvolver de forma articulada as necessárias intervenções.»

c) O Governo traduz a sua contribuição para estas parcerias institucionais em «intervenções de inventariação, apoio técnico e coordenação que a Administração Central possa assegurar»;

d) O Governo esclarece também que «o financiamento das referidas intervenções não passará no essencial pelo Orçamento de Estado, mas sim, fundamentalmente, por projectos a enquadrar no âmbito do QREN» acrescentando ainda que «Estarão neste caso os projectos de iniciativa das autarquias, ou dos sistemas multi-municipais em que se integrem»;

• Excerto da resposta do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), de 24 de Abril de 2007, ao Requerimento do PSD, datado de 31 de Janeiro de 2007;

2. Lamentar que o Governo, através do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), persista em não entender que:

a) Do conjunto previsível de investimentos para a resolução do problema do Alviela, estima-se que as intervenções no sistema envolvam perto de 13 milhões de euros, (a preços de 2003);

b) Os municípios de Alcanena e de Santarém dependem de duas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR's) distintas, para efeito de enquadramento do próximo QREN (Quadro Comunitário);

c) Os municípios de Alcanena e de Santarém integram duas entidades municipais de saneamento diferentes;

d) A actual Lei das Finanças Locais veio reduzir muito significativamente a capacidade de endividamento das autarquias,

prejudicando gravemente as opções de investimento dos municípios de Alcanena e, sobretudo, de Santarém, atendendo à sua grave situação financeira, herdada da anterior equipa autárquica liderada pelo Partido Socialista;

e) Qualquer candidatura promovida pelos municípios de Alcanena ou de Santarém no âmbito do QREN para resolução do problema ambiental e de saúde pública do Alviela prejudica substancialmente a sua quota individual de projectos a candidatar ao próximo Quadro Comunitário, colocando claramente estas duas Câmaras Municipais em condições de concorrência desigual face a todos os outros municípios da região;

• Resposta do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), de 19 de Abril de 2007, ao Requerimento do PCP, datado de 12 de Janeiro de 2007;

Sobre o processo de reestruturação da DRAPLVT (Direcção Regional da Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo)

3. Insistir na exigência, já anteriormente manifestada, ao Ministro da Agricultura para que tome uma rápida e ponderada decisão sobre a instalação dos serviços da Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo – DRAPLVT (anteriormente designada por Direcção Regional da Agricultura do Ribatejo e Oeste - DRARO), nas instalações onde funciona a Estação Zootécnica Nacional (EZN), no Vale de Santarém, assegurando a

manutenção dos excelentes serviços de Investigação, Desenvolvimento Experimental e Demonstração em Produção Animal que aí se encontram, bem como os cerca de 170 postos de trabalho, que poderão coexistir com os serviços da DRAPLVT (ex-DRARO), cuja concentração já foi anunciada para Santarém, embora não se conheça qualquer evolução.

4. Considerar que este processo deve ser devidamente equacionado, designadamente porque o processo de reestruturação da DRAPLVT deve ser transparente, minimizando o impacto das suas alterações e fundamentalmente deve reflectir opções racionais, uma vez que não se entendem as alterações legais que afectaram os funcionários das diferentes Zonas Agrárias, em particular a dos concelhos de Benavente, Coruche e Salvaterra de Magos, afectando com gravidade os interesses das populações rurais, nomeadamente dos agricultores da Região da Vale do Tejo e em particular do Vale do Sorraia.

Nota: Com as recentes alterações legais, a Direcção Regional da Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT) divide-se pelas seguintes delegações:

• Do Oeste com sede em Caldas da Rainha e um Pólo em Torres Vedras;

• Do Ribatejo, com sede em Abrantes e um Pólo em Vila Franca de Xira;

• Da Península de Setúbal, com sede no Montijo.

- **CPD/PSD-Santarém**



Maravilhas turísticas ao pé da porta... ou talvez não!

Por: Ricardo Rio (*)

Aproximando-se mais uma época estival, o sector do turismo volta a entrar nas prioridades da agenda mediática e das preocupações da maioria dos cidadãos, que agora começam a preparar o período de férias que se avizinha.

Desta feita, sucedem-se as iniciativas que podem facilitar as escolhas das carteiras mais recheadas, com a eleição das Novas Sete Maravilhas do Mundo a funcionar como um cardápio de destinos tão diversificados quanto apetecíveis.

A título de exemplo, das raízes das civilizações que perpassam pelo Coliseu Romano, pela Acrópole Grega, pelas Pirâmides de Gizé, por Stonehenge, por Timbuktu (Mali) ou por Machu Picchu (Peru), aos monumentos-ícones de certos impérios, como o Taj Mahal (Índia), Angkor (Cambodja), a Grande Muralha da China ou o Kremlin, aos traços de modernidade ocidental do Cristo Redentor, da Torre Eiffel, da Ópera de Sydney ou da Estátua da Liberdade, as escolhas são de facto infindáveis e multifacetadas.

Para patrimónios mais constrangidos pela tardia recuperação económica e pela subida incessante das taxas de juro, talvez seja tempo de revisitarmos a nossa história e correr os Castelos de Almourol, Alvito, Guimarães, Marvão ou Óbidos; o Convento de Cristo de Tomar ou o Convento de Mafra; a Fortaleza de Sagres ou as Fortificações de Monsaraz; as Igrejas Portuenses de São Francisco e dos Clérigos (com a torre de Nasoni que serve de farol à Invicta cidade).

Pode também aproveitar esta oportunidade para voltar aos Mosteiros da Batalha, de Alcobaça ou dos Jerónimos; para conhecer o Paço Ducal de Vila Viçosa; para percorrer os Palácios de Mateus, da Pena ou de Queluz; para visitar a Torre de Belém ou o Templo Romano de Évora; para reviver a história de Conímbriga e sentir o pulsar da Universidade Coimbra.

Se reside na minha Cidade ou perto dela e não tem tempo, recursos ou paciência para os itinerários “maravilhosos” do nosso País, resta-lhe sempre a possibilidade de voltar a redescobrir a Augusta cidade Bracarense: de conhecer a Fonte do ídolo e as Termas Romanas; de visitar o Parque das Sete Fontes ou o Jardim de Santa Bárbara; de reviver a escalada ao Bom Jesus do Monte ou



o cerimonial da Sé de Braga; de registar os postais arquitectónicos da Câmara Municipal de Braga, do Largo do Paço, do Hospital de São Marcos, dos Palácios do Raio e dos Biscainhos, do Campo Novo e de várias Casas com profundas raízes históricas.

Pode igualmente meditar na Igreja de S. Vicente, nos Congregados ou no Mosteiro de Tibães, nas Capelas de S. Frutuoso ou da Falperra, nas “catedrais” de outras fés do 1º de Maio ou da Pedreira.

Da mais relevante maravilha do património mundial, aos vários exemplares das nossas mais-valias locais, a verdade é que poucos são os turistas que se deixam levar pela capacidade de sedução de uma única fotografia de catálogo.

Se pensarmos naquilo que condiciona as escolhas dos nossos destinos de férias – para aqueles que

não resistem a esta mortal tentação -, fica claro que para lá de um ou mais monumentos, tem que estar sempre uma expectativa de bem-estar, um espírito de curiosidade, uma garantia de segurança, um mínimo de conforto, toda uma envolvente que nos surpreenda e que nos faça “chorar por mais”... até voltarmos, um dia.

Neste particular, talvez pudéssemos desmontar muitos destinos de sonho, elencando, tal como a ASPA fez em relação ao nosso Concelho, os vários Pesadelos que penalizam aqueles vários critérios de satisfação que antes enunciei.

Quem gostaria de visitar uma cidade com um urbanismo desregrado, sem espaços de fruição para a população e visitantes, ambientalmente relapsa, patrimonialmente descuidada, com um mobiliário urbano de gosto esteticamente duvidoso, sem segurança no deserto urbano em que

se transformam os seus vastos quilómetros de áreas pedonais, distante dos objectivos de valorização do seu comércio tradicional?

Se calhar, poderemos encontrar todos estes fenómenos nos mais movimentados destinos turísticos do nosso País ou na sombra de cada uma das Maravilhas da Humanidade.

E esse é talvez o maior incentivo para deitarmos mãos-à-obra e para sermos capazes de aproveitar muito melhor o potencial turístico da nossa Região.

À margem das guerras de capelas das coordenações, distante da lógica minimalista da Gestão local – que nem sequer consegue preservar os trunfos que todos os outros disputam -, cabe aos Bracarenses proporcionarem a cada visitante uma experiência inolvidável.

E, aí sim, eles vão voltar. E todos vamos ganhar... - (*) *Economista, Presidente da CPS de Braga*



CELORICO DA BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Celorico da Beira, para reunir no próximo dia 6 de Julho de 2007, pelas 19h00, na sede do PSD de Celorico da Beira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

NOTAS: O acto eleitoral realizar-se-á no período compreendido entre as 19h00 e as 22h00.

As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (3 de Julho), na Sede do PSD de Celorico da Beira.

FREIXO DE ESPADA À CINTA (CPD BRAGANÇA)

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 71.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se uma Assembleia Eleitoral do PSD de Freixo de Espada à Cinta, para reunir no dia 22 de Julho de 2007, no período compreendido entre as 16h00 e as 17h00, no Centro Paroquial de Assistência de Freixo de Espada à Cinta, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: Decorrente dos Estatutos, este processo eleitoral dera Presidido pelo Presidente da Comissão Política Distrital.

As listas candidatas aos órgãos concelhios (Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção) têm de ser entregues, nos termos regulamentares e estatutários, na sede distrital do PSD, em Bragança, até às 24h00 do dia 19 de Julho de 2007.

LOURES

Ao abrigo do artigo 50.º, n.º 2, al. d), dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia de Secção de Loures, para reunir no próximo dia 21 de Junho de 2007, (Quinta-Feira), pelas 21h00, na sede, sita no Parque Residencial do Almirante, Largo Tristão Vaz Teixeira, n.º 5 C, Lote 15, Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único - Análise da Situação Política Autárquica, e apresentação do Vereador João Galhardas;

MOURA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os militantes, para reunir no dia 11 de Julho de 2007, pelas 18h00, na Sede da Junta de Freguesia de S. João Batista, sita na Praça Sacadura Cabral – Moura, em Assembleia Eleitoral da Secção de Moura, em segunda convocatória devido a não terem sido apresentadas listas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas: A votação decorrerá entre as 18h00 e as 20h00.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. Não existindo sede, as listas deverão ser entregues na Rua Santana e Costa, n.º 48, em Moura.

As listas deverão obedecer ao disposto no n.º 4 do Regulamento Eleitoral do PSD.

SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Seia, para reunir no próximo dia 6 de Julho de 2007, pelas 19h00, na sede do PSD de Seia, na Av. 1.º de Maio, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

NOTAS: O acto eleitoral realizar-se-á no período compreendido entre as 19h00 e as 22h00.

As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (3 de Julho), na Sede do PSD de Seia



II CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO DE 2007

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Conselho Nacional da Juventude Social Democrata, para uma reunião a realizar no dia 7 de Julho de 2007, (Sábado), pelas 14 horas, no Hotel Amazônia, sito na Travessa Fábrica dos Pentes, n.º 12, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Ordem do dia: Ensino Superior
- 3 - Eleição dos Representantes da JSD no Conselho Nacional do Partido Social Democrata;
- 4 - Análise da Situação Política;
- 5 - Outros Assuntos.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues, em duplicado, ao

Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Nacional da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral;

As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das respectivas subscrições, nos termos estatutários;

O acto eleitoral decorrerá entre as 16 horas e as 18 horas.

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD (Daniel Fangueiro)

CONSELHO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital de Castelo Branco, a reunir dia 14 de Julho de 2007, pelas 15 horas, na Auditório da Casa da Cultura, em Oleiros com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Apresentação e Discussão de Moções de Estratégia
- 2- Eleição da Mesa do Conselho Distrital e da Comissão Política Distrital do Distrito de Castelo Branco.
- 3- Tomada de Posse dos novos órgãos

Notas: 1 - As listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2 - As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3 - Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4 - Deverão ter número ímpar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleia, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5 - Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6 - Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7 - As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente do Congresso Nacional, ou a quem ao abrigo dos Estatutos Nacionais o possa substituir, na Sede Distrital de Castelo Branco do PSD;

8 - As urnas estarão abertas das 16h00m às 18h00m.

A Mesa do Congresso Nacional (Daniel Jorge Martins Fangueiro)

MOIMENTA DA BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos

Nacionais da JSD, convoco o Plenário da Secção de Moimenta da Beira, para uma reunião a realizar no próximo dia 7 de Julho de 2007, pelas 15h00, na Sede da Junta de Freguesia de Moimenta da Beira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleições dos Órgãos da Secção de Moimenta da Beira (Comissão Política e Mesa do Plenário).

Nota: As urnas estarão abertas entre as 15 horas e as 17 horas.

As listas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem, estatutariamente, o substitua, na Sede Distrital até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Plenário Distrital (Eduardo José Brás Chaves)

CONSELHO DISTRITAL DE LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital de Leiria, para o dia 16 de Junho de 2007, pelas 15 horas, na Sede Distrital da JSD, sita na Rua Dr. José Jardim, 32, em Leiria, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Preenchimento de vacatura na Comissão Política Distrital;
- 3 - Ratificação do Regulamento Interno da Comissão Política Distrital;
- 4 - Análise da Situação Política.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD (Bruno Letra)

CONSELHO DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os Delegados ao Conselho Distrital da JSD de Santarém, para o Conselho Distrital a realizar no dia 16 de Junho de 2007, pelas 16h30, no Auditório da Ourearte, sito na Praça Mouzinho de Albuquerque, n.º 11, em Ourém, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política;
- 3 - Outros assuntos.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Santarém (Francisco José da Silva Varela)

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Aveiro, para reunião a realizar no próximo dia 22 de Junho de 2007, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Aveiro, sita na Av. Dr. Lourenço Peixinho, n.º 177 - 1.º, 3800 Aveiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da Situação Política - partidária;
 - 2 - Outros assuntos.
- O Presidente da Mesa (Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro)